

## A OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DO MONTE NOVO DOS ALBARDEIROS (REGUENGOS DE MONSARAZ)

Victor S. Gonçalves \*

1. Localização e descrição
2. A identificação do sítio
3. A «história» das duas primeiras Campanhas
4. O *locus* 1
5. A 1ª fase de ocupação da área central
6. A Estrutura 2
7. A Estrutura 1
8. Os enterramentos da Idade do Bronze Antigo
9. Cronologia absoluta
10. Síntese da situação
11. Reguengos de Monsaraz, «território megalítico»: uma perspectiva de investigação

### 1 – LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO

O sítio pré-histórico do Monte Novo dos Albardeiros tem a seguinte localização:

Distrito: Évora

Concelho: Reguengos de Monsaraz

Freguesia: Campinho

Sítio: Monte Novo dos Albardeiros

Carta Militar: 482

Cordenadas Gauss: X: 259.5; Y: 57.9

A área arqueológica encontra-se sobre uma muito ligeira elevação de terreno, sub-retangular, que domina a planície que se estende até à Serra das Pedras e Monsaraz. Trata-se, de algum modo, da última sobre-elevação de terreno disponível, pelo que a sua ocupação e fortificação se compreende perfeitamente dentro da lógica comum à estratégia de povoamento da segunda metade do terceiro milénio, no Sul de Portugal.

Nessa pequena área, sensivelmente a 1/3 da sua extensão de Este para Oeste, sob uma oliveira, era observável uma elevação grosseiramente circular, mais declivosa a Norte. Em toda a extensão, não eram visíveis quaisquer vestígios arqueológicos, o que, tratando-se de uma área escassamente agricultada, reservada actualmente ao abrigo de animais, não deveria ser conclusivo.

A capacidade de uso agrícola dominante nestas terras é excelente para uma agricultura de enxada (tipos B e C), ainda que elas se tornem excessivamente pesadas após as primeiras chuvas. O próprio caminho actual entre o Campinho e o Monte Novo fica, nessas alturas, completamente intransitável para viaturas de tracção animal. A progressão a pé não é impossível, mas certamente penosa. Hoje, sob chuva intensa, só com tracção às quatro rodas se consegue fazer o caminho entre o Monte e o Campinho.

Esquecendo agora o episódio que conduziu à identificação do sítio (relatado em pormenor adiante), e as suas consequências, a primeira ideia para um arqueólogo de campo seria a de se

---

\* Director da UNIARQ (Unidade de Arqueologia). Centro de Arqueologia e História (Instituto Nacional de Investigação Científica), Faculdade de Letras. P-1699 Lisboa Codex. Portugal.

encontrar perante uma estrutura tumular excepcionalmente bem conservada, envolvendo um dos muitos monumentos megalíticos da região. Para um conhecedor da bibliografia disponível sobre o megalitismo de Reguengos de Monsaraz, particularmente para um leitor dos Leisner (Leisner e Leisner, 1951, reimpresso em 1985), uma observação mais atenta levantaria as primeiras dúvidas: as poucas mamoas sobreviventes no Concelho de Reguengos não apresentam as características específicas daquela elevação, nem se encontram construídas com a irregularidade descrita. Os Leisner registaram, mesmo, particularidades dos sedimentos usados para a sua construção, o que os levou a afirmar que, pelo menos em alguns casos, teriam sido trazidos de outros contextos geológicos (*ibid.*: 32). A sua natureza poderia ter determinado um hábito local similar ao detectado em Proença-a-Nova, sendo esses sedimentos aproveitados para as construções de taipa, ainda comuns na primeira metade do nosso século.

## 2 – A IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO

O Monte Novo dos Albardeiros resulta das partilhas do antigo Monte dos Albardeiros, consubstanciadas em 1974, quando Orlando Palma constrói o monte novo na fracção que lhe coube. Nas suas terras conhecia-se a Anta dos Albardeiros, um pequeno monumento com câmara e corredor, mas já sem o «chapéu». Os Leisner, que o localizaram, não efectuaram nele qualquer escavação, presumivelmente por o acharem de escasso interesse, comparado com os magníficos monumentos da região.

Posteriormente à identificação do sítio arqueológico do Monte Novo dos Albardeiros (MNAL em código de marcação de artefactos e dessa forma abreviada designado neste texto a partir daqui), também no agro pertença de Orlando Palma, e com o apoio em prospecções do Eng<sup>o</sup> Carlos Manuel Palma, filho do proprietário, e da dra. Paula Amendoeira, se identificou, a escassas centenas de metros, um outro povoado, muito provavelmente de cronologia ligeiramente anterior, mas também claramente calcolítico. Designei-o *Marco dos Albardeiros*, por se encontrar nele implantado o marco geodésico do mesmo nome (Gonçalves, 1989, vol. 1, Cap. 7). Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e Antónia Coelho Soares, ao prepararem o primeiro estudo de impacto ambiental da Barragem do Alqueva, ignorando esta identificação, viriam também a localizar este povoado, que designaram por «dos Albardeiros». Posteriormente, acederam ao meu pedido de normalizarmos as referências e passaram a referi-lo de forma idêntica.

Se as circunstâncias da identificação da Anta dos Albardeiros e do povoado do Marco dos Albardeiros são as normais em processos de levantamento arqueológico, já as que rodeiam a identificação do MNAL se revestem de alguma singularidade.

No Inverno de 1984, Paula Amendoeira, recém-licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa e que, ainda como aluna, participara em trabalhos de escavação no Cerro do Castelo de Santa Justa e no *tholos* da Eira dos Palheiros, emitiu um alerta sobre um sítio nos arredores de Reguengos, onde uma violação intencional expusera materiais arqueológicos similares aos de Santa Justa.

Uma primeira visita, feita com Helena Catarino, foi parcialmente inconclusiva: chuvas torrenciais impediram o acesso ao terreno. No entanto, os materiais que Paula Amendoeira, Carlos Manuel Palma e Rafael Alfenim tinham entretanto recolhido eram suficientes para uma primeira diagnose do sítio. As cerâmicas eram indiscutivelmente calcolíticas, os pesos de tear em forma de linguça (os «crescentes») referiam um sítio doméstico, o que a fauna reforçava.

Novo alarme foi emitido em 1985, data em que visitei pela primeira vez o MNAL. Os materiais que estudara tinham sido recolhidos numa fossa intencionalmente aberta pelo irmão do proprietário do terreno com a finalidade de procurar um tesouro. Apesar de licenciado em História, não os reconheceu como materiais arqueológicos e pretendia agora continuar a destruição do sítio, prosseguindo na sua insensata busca.

Caetano Beirão, ao tempo director do Serviço de Arqueologia da Região Sul (Instituto Português do Património Cultural), foi então por mim pessoalmente avisado do que estava a acontecer e mostrou-se aparentemente sensibilizado, mas sugeriu o adiamento da intervenção.

Em 1986, fui de novo avisado da iminência da destruição do sítio. Crente que o insucesso da primeira violação se deveria a bruxaria, o responsável pelas anteriores destruições voltava à carga para, após conveniente exorcismo, continuar o seu trabalho.

Desenvolvi então todos os meus esforços em dois sentidos: (1) travar localmente o evoluir da situação, adiando o previsivelmente trágico desfecho até ao desencadear de uma intervenção

de emergência; (2) «convencer» o Conselho Consultivo do IPPC da necessidade da intervenção (requerimento em 86.02.28). Curiosamente, não sendo fácil a primeira destas acções, a segunda seria bem mais árdua. É, com efeito, conhecida a tendência exclusivamente portuguesa para «salvar» apenas o que já foi destruído e algumas inflexões ligeiras, muito recentes, não são ainda em número suficiente para que se acredite numa alteração conspícua.

As iniciativas locais permitiram estabelecer o contexto integral da violação, obter autorização do proprietário legal do terreno (completamente alheio às destruições provocadas pelo irmão), conseguir um primeiro apoio logístico da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e da Sociedade Portuguesa de Autores (alojamento na Casa Professor António Gião). A acção do Presidente da autarquia, Vítor Martelo, permitiria ainda o recurso aos topógrafos do GAT de Évora, que levantaram a planta da área a interencionar.

Apesar de directamente comprometido na intervenção de emergência (foi-me mesmo cedida, por alguns dias, a viatura todo o terreno do Serviço Regional de Arqueologia do Sul), o IPPC remeteu-se a um estranho mutismo. A autorização, informal, para a primeira intervenção nunca foi confirmada por escrito, a verba prometida nunca foi entregue, e um silêncio escandaloso arrastou a interrupção dos trabalhos (por exaustão financeira) até ao seu recomeço, em 1989. No entanto, ocorrera a substituição do director do serviço regional, após um «interregno». A nova direcção dos serviços reabriu o diálogo com a UNIARQ, o que permitiu a revisão das situações de impasse verificadas na região (que tinham congelado algumas outras intervenções).

Quanto à situação local, foi possível reconstruir o que despoletara as destruições.

Abreviadamente, o antigo proprietário do Monte dos Albardeiros sonhara que, no sítio onde se viria a identificar o MNAL, se encontrava um tesouro. Aconselhará-se com uma «mulher de virtude» que lhe recomendara a maior prudência, porque tanto poderia encontrar o ouro como recolher as maiores desgraças. Assim, decidira silenciar o que sonhara. Antes de morrer, porém, contou a história aos seus filhos. Aquando das partilhas, Orlando Palma escolheu as suas terras e nelas ficou o MNAL englobado. O irmão, no entanto, ter-lhe-ia exigido pessoalmente que a aceitação das partilhas não o impediria de escavar no sítio, em busca do tesouro. Assim viria a fazer, usando uma retro-escavadora e diversos trabalhadores. Abriu uma grande vala no lugar assinalado e os ossos que partiu e as cerâmicas que fragmentou ou esmagou não o convenceram da inutilidade da busca. Quando a pá da retro-escavadora se partiu (o que não deve ser motivo de espanto, pois destruiu já parte de uma muralha com cerca de dois metros de espessura) convenceu-se de uma qualquer bruxaria e adiou por algum tempo o que teria sido a integral destruição do sítio.

A autorização do legítimo proprietário foi-me concedida apenas com uma única reserva: a que eu deveria falar com o irmão e explicar-lhe a situação. Assim fiz.

Cabe-me registar não apenas o meu agradecimento a Orlando Palma, que arriscou uma briga familiar ao permitir-me a intervenção, como a extrema simpatia e amizade que tanto ele como sua Esposa, Sra. D<sup>ª</sup> Maria Alice Palma, e filho, Carlos Manuel «Pim» Palma, posteriormente demonstraram, acompanhando-me nos trabalhos de prospecção e escavação e facilitando-me toda a espécie de auxílio. Ao mesmo tempo, registo o apoio pessoal de César de Oliveira, Vice-Presidente da Soc. Portuguesa de Autores, entretanto falecido, que permitiu apoios logísticos indispensáveis.

As escavações do MNAL foram regularmente objecto de comunicados à população de Reguengos, procurando a sua sensibilização para este tipo de trabalhos de recuperação e investigação do Património arqueológico. Duas exposições (na Casa António Gião e no primeiro «Monsaraz, Museu Aberto», inauguradas respectivamente em 86.06.10 e 87.08.31), duas conferências na Casa António Gião (uma logo em 1986, outra em 89.12.09) e dois artigos na imprensa local («A Palavra», nº 00, Reguengos de Monsaraz, 87.04.13 e 87.06.13), testemunham esta orientação.

### 3 – LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO

#### 3.1. A Campanha 1(86)

A primeira Campanha de escavações no MNAL foi requerida em 86.02.28 e decorreu em Março e Abril de 1986, tendo integrado uma intervenção preliminar e outra, de maiores dimensões no espaço e no tempo.

Na intervenção preliminar, a nível do inventário de artefactos, efectuaram-se 301 registos individuais, para além da recolha de muitos quilos de fragmentos cerâmicos sem bordo que permitisse reconstituição gráfica.

Resumidamente:

*Cerâmica com decoração simbólica*: 3 fragmentos, com aplicação de pasta branca nos sulcos.

*Cerâmica lisa*: fragmentos de esféricos, taças e pratos de bordo espessado. 4 vasos inteiros (e alguns outros reconstituíveis). Cerca de 4 dezenas de pesos de tear.

*Pedra lascada*: 2 pontas de seta de xisto jaspóide, de base recta e retoque bifacial.

*Pedra polida*: fragmento da área mesial e proximal de um machado de anfíbolito.

*Artefactos para adorno pessoal*: 1 conta de colar.

*Artefactos relacionados com a metalurgia*: 1 machado de cobre, 1 artefacto morfológicamente próximo do anterior, 1 pingo de fundição.

Os resultados foram comunicados ao IPPC em 86.04.10.

Na fase da escavação que se seguiu a esta, participaram, para além de Paula Amendoeira, desde sempre profundamente ligada aos trabalhos, Ana Margarida Arruda e Helena Catarino, investigadoras da UNIARQ, bem como estudantes das Universidades de Lisboa e Coimbra.

O terreno foi coberto por uma primeira malha de quadrícula. Os quadrados tinham 2 x 2m e a malha ia do D ao T (com exclusão do O) e do 5 ao 19.

Os resultados desta fase dos trabalhos foram os seguintes:

#### 1. a nível de estruturas

1.1. identificação de uma Estrutura calcolítica (a Estrutura 1), parcialmente amputada pela violação. Aparentemente, conteria vestígios de uma utilização habitacional e de outra, funerária;

1.2. reconhecimento, na fossa de violação, de vestígios de fases de ocupação anteriores, sobpostas à Estrutura 1. No entanto, a complexidade dos derrubes, na vertical, impedia uma leitura clara;

1.3. identificação de uma extensa mancha pétrea, de interpretação inicialmente controversa, arrancando da parede exterior da Estrutura 1 e prolongando-se para Norte quase até aos limites da escavação.

#### 2. a nível do espólio

Confirmava-se o observado na Campanha preliminar, mas registavam-se, na mancha pétrea, dois pequenos buracos. Continham uma massa de tecido ósseo, muito decomposto e reduzido a um pó pastoso, parcialmente consolidado. Sobre esta massa, encontravam-se dois recipientes de tipologia distinta dos calcolíticos, ambos carenados, bi-tetra mamilado o maior, assentando os mamilos sobre o percurso das carenas (J11-78 e J11-97). Remetidos para o Laboratório do Museu de Conimbriga (a cuja Directora se agradece a rapidez do tratamento destes artefactos), verificou-se conterem ambos uma «alène» de bronze, o instrumento losangular alongado típico da Idade do Bronze Antigo no Sul de França e até ao momento praticamente desconhecido entre nós (ignora-se completamente o contexto específico dos exemplares registados em Vila Nova de S. Pedro por Jalhay e Paço).

Confirmava-se, assim, a existência de duas deposições funerárias que marcavam o limite cronológico mais recente da utilização do sítio.

Uma notável peça recolhida, notável pelas suas ligações com o sagrado, era a figurinha de cerâmica que interpretei como sendo de uma Deusa-Mãe e publiquei como referência comparativa às de osso do Cerro do Castelo de Santa Justa (Gonçalves, 1989, vol. 2, Est. 106 (2), p. 172), também aqui reproduzida.

Na intenção de definir a extensão do sítio, abri ainda uma sondagem, a Este, 4 quadrados de 2 x 2m, agrupados num único de 4 x 4. Neste sector, designado *locus* 1, cuja investigação foi particularmente seguida no terreno por Helena Catarino, não se encontrou qualquer estrutura, mas

detectou-se uma situação bizarra: sob uma grande laje de xisto aparelhada como se de uma «tampa» se tratasse (ver, a propósito das «tampas» de xisto calcolíticas, Gonçalves, 1989, vol. 1, 145 e 244), recolheu-se um grande conjunto cerâmico, particularmente um vaso com «falsos olhos» (Lc1-40) e taças de bordo não espessado.

### 3.2. A Campanha 2(89)

Em 87.02.16 foi enviado ao IPPC um requerimento para uma segunda Campanha de escavações no MNAL. Não se obteve qualquer resposta.

Em 89.00.00 foi de novo requerida autorização para o recomeço dos trabalhos. Com a mesma ausência de justificação com que fora recusada dois anos antes, a autorização foi desta vez concedida. [Uma 3ª Campanha, requerida em 90.02.09, foi entretanto autorizada e decorrerá em Setembro deste ano].

Na Campanha 2(89), os trabalhos no MNAL decorreram em 3 fases:

1. de 89.03.24 a 89.04.03, altura em que foram suspensos por razão das fortes chuvas que tornaram, uma vez mais, intransitável o acesso;
2. de 89.07.02 a 89.08.03;
3. de 89.09.12 a 89.10.12, data em que se instalaram os dispositivos de protecção, após reforço de algumas áreas da Estrutura 2.

Deve registar-se o apoio financeiro e logístico prestado pela autarquia e, de novo, pela Sociedade Portuguesa de Autores, sem o qual a intervenção teria sido impossível. Fernando Real, director do Departamento de Arqueologia do IPPC, desbloqueou uma pequena verba do fundo de emergências. Joaquim Bandeira, administrador da Finagra, proprietária da Herdade do Esporão, permitiu que os meios aéreos usados aquando do levantamento arqueológico que a minha equipa efectuou naquela Herdade fossem também extensivos ao MNAL, cujas primeiras fotografias aéreas foram então obtidas.

A Campanha 2(89) veio permitir toda uma nova série de conclusões, bem como a confirmação de algumas hipóteses anteriormente avançadas.

Nos trabalhos participaram alunos da Variante de Arqueologia do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, registando-se particularmente: Manuel Calado e Maria José Sequeira (no desenho de estruturas) e Teresa Simões e Leonor Rocha (no acompanhamento da escavação). A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz cedeu quatro trabalhadores e assegurou o seu transporte, bem como o de parte da equipa.

Material ósseo recolhido em ambiente selado foi enviado para o LNETI para datação pelo método do <sup>14</sup>C. As datações referem-se à construção/utilização das Estruturas 1 e 2. Infelizmente, não se recolheu qualquer matéria susceptível de datação no nível referente à primeira ocupação do sítio.

Restos presumidos de uma criança ou adolescente (Área 2 de enterramentos da Estrutura 1) foram confiados para estudo ao Prof. Santinho Cunha.

Fragmentos de um recipiente cerâmico associado ao enterramento referido seriam enviados, para restauro, ao Museu Monográfico de Conimbriga.

De acordo com proposta minha, aprovada pela Vereação de Reguengos de Monsaraz, foi convidada a dra. Adília Alarcão para dar parecer sobre as possibilidades de reconstrução das estruturas e sua preservação.

### *Descrição sumária das acções empreendidas em 1989:*

Considerando as condicionantes financeiras do projecto de recomeço dos trabalhos, particularmente o muito limitado orçamento, havia basicamente que avançar não na escavação em área, método que sempre utilizei em povoados de este tipo, mas em acções «de cirurgia» na fossa de violação. No entanto, o percurso extremamente irregular desta não permitia uma regularização similar à que se efectuara na Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira). Esta situação obrigaria a que se efectuassem remoções localizadas de terras, particularmente em sectores onde os planos verticais incluíam derrubes provenientes do topo e grandes misturas de terras.

Inicialmente, toda a estratégia da intervenção de 1989 assentava na limpeza de planos verticais. Essa estratégia só viria a ser alterada com a definição de novas situações e a identificação de estruturas que completavam os troços conhecidos da Estrutura 2. A identificação da porta da Estrutura 2, ainda coberta por lintéis, conduziu à concentração do trabalho nesse sector, até à delimitação de vectores de interpretação que permitissem «ler» de novo o conjunto.

Concluídos os trabalhos, foram montadas, sobre as estruturas, camadas de plástico negro, seguras por pedras soltas e esticadas por cordas e pesos, de forma a assegurar condições mínimas de protecção até uma próxima campanha.

Em 89.03.24, eram já possíveis as seguintes observações:

1. apesar do tempo decorrido desde a última intervenção (quase três anos), pode afirmar-se que o desgaste sofrido pela Estrutura é, de algum modo, negligenciável. Tal se deve em grande parte à boa colaboração do proprietário do terreno, Eng<sup>o</sup> Orlando Palma, que não afectou aquela área a qualquer actividade agrícola, com óbvio prejuízo próprio. Demonstrou assim grande compreensão do significado do sítio, ao contrário de seu irmão, responsável pelas extensas destruições intencionalmente infligidas ao monumento. A vegetação que entretanto cresceu constitui o principal problema. Cabras e burros, que passaram pelo local, derrubaram e removeram algumas pedras. O que não parece, comparativamente com o desgaste de outros sítios, excessivamente grave;

2. os derrubes, agora mais nítidos devido à acção das chuvas, permitem distinguir claramente um muro orientado, numa parte do seu percurso, Norte/Sul. Dele parte uma outra Estrutura, possivelmente uma torre. Localiza-se na área de envolvimento imediato da Estrutura 1. No manto pétreo, que o derrube generalizado de estruturas formou a Norte e Oeste da fossa de violação, foi também detectada uma outra Estrutura, muito provavelmente um muro ou muralha com um arranque de torre. Constitui o limite Norte do manto pétreo.

As anteriores informações sobre o sítio permitiram a seguinte perspectivação das informações:

As primeiras observações de uma fossa resultante de uma deliberada violação (busca de tesouro) num terreno a SO do Monte Novo dos Albardeiros (construído em 1974, na sequência das partilhas do Monte dos Albardeiros) não eram conclusivas, sendo, porém, evidente tratar-se de um sítio calcólfico.

A intervenção de 1986 dirigiu-se em dois sentidos: (1) decapagem de uma área tão extensa quanto possível; (2) escavação integral de uma Estrutura em segmento de círculo e parede em falsa cúpula, detectada no topo de uma pequena colina artificial. Um terceiro objectivo viria a ser a área envolvente, tendo sido escolhido um *locus* 1 para sondagem, no presumido extremo Este do povoado.

A decapagem em extensão evidenciou um misto de estruturas e derrubes, estes camuflando aquelas. Sem de forma alguma o ser, parecia tratar-se de um *cairn*, cuja associação à Estrutura central ficava por esclarecer.

A Estrutura em segmento de círculo (Estrutura 1) poderia ser o que resta de uma Estrutura circular (tipo *tholos?*), destruída num extremo pela fossa de violação e no outro pelo covacho para plantio de uma oliveira.

Os últimos trabalhos na Estrutura 1 decorreram do prolongamento da área escavada para delimitação do topo da Estrutura 2, nas coordenadas 13 e 14.

A escavação incidiu, aqui, sobre um sector muito reduzido, severamente danificado pelas raízes de uma oliveira, que ainda existe no local. Uma única pequena área, sob uma pedra deslocada por uma das raízes, revelou restos de um enterramento, provavelmente de uma criança. Recolheram-se fragmentos muito destruídos de um crâneo, vários dentes, uma pequena taça (K.13.-21) e um movente sobre seixo (K.13.-26). A intenção de não danificar irremediavelmente a árvore impediu a continuação dos trabalhos no que ainda resta aqui da Estrutura 1.

Abundante espólio cerâmico foi ainda recolhido nesta área, em K.13., sobre o enterramento, em todo o nível 1 da Estrutura. O nível 1 da Estrutura 1 é de «enchimento» e «revolvimento» e o 2 «de utilização». Alguns de estes fragmentos pertencem a vasos de dimensão média/grande, aparentemente com colo estrangulado.

Tomava-se, assim, evidente, no final da Campanha 2(89), estarmos perante um sítio cujo significado estratégico fundamental em relação ao vale que se estende até Monsaraz justificou ocupações diferenciadas, ainda que numa sequência técnica homogénea, como as datas de  $^{14}\text{C}$  e o espólio parecem indicar conclusivamente.

#### 4 – O LOCUS 1

O locus 1 traduziu uma primeira tentativa de delimitar, a Este, a extensão da área ocupada e revelou um espaço de significado inidentificável, mas coberto por uma larga tampa de xisto laminar afeiçãoado. Sob ela, encontravam-se fragmentos de vários recipientes cerâmicos e um grande vaso semi-esférico, com «falsos olhos» escavados junto ao bordo, que foi totalmente reconstituído (Lc1-40). Todo o espólio cerâmico recolhido parece em tudo idêntico ao recolhido no espaço «doméstico» da Estrutura 1.

Em termos gerais, não parece restarem grandes dúvidas que se trata de um espaço habitacional, ainda que as grandes dimensões da laje de xisto, talhada como se de uma tampa «gigante» se tratasse, levantem algumas questões. O vaso com «falsos olhos» encontrava-se muito fragmentado, mas *in situ*, sob a laje. Não creio que possamos considerar as duas perfurações incompletas como possíveis «gatos» de ligação, tomada em conta a pasta do recipiente, friável, inutilizando qualquer esforço pré-histórico de conserto do recipiente. Sendo admissível um seu carácter simbólico, usei a expressão «falsos olhos», indicando as aspás as naturais reservas.

#### 5 – A PRIMEIRA FASE DE OCUPAÇÃO DA ÁREA CENTRAL

A primeira fase de ocupação da área central foi detectada após as limpezas sistemáticas da fossa de violação. A partir do muito reduzido espólio recolhido (ponta de seta, peso de tear e escassa cerâmica), não se afigura possível, por enquanto, uma caracterização segura. De qualquer modo, nenhum dos artefactos recolhidos é incomum em contextos do 3º milénio.

Importante creio ser a frequência de barro de cabanas neste nível. Tal frequência, muito baixa nas Estruturas 2 e 1, é aqui tão elevada que o nível surge como uma espessa placa avermelhada. Apenas nas imediações do locus 1, e correspondendo a um nível que poderia eventualmente ser síncrono deste, se viria a recolher quantidade apreciável desta argila usada no revestimento das cabanas (observações feitas aquando dos trabalhos agrícolas efectuadas na área e que acompanhei).

Por outro lado, evidentemente, é ainda impossível responder à questão inevitável nestes contextos: seria ou não fortificado o primeiro povoado.

E se uma resposta não é viável, em primeiro lugar, tal se deve a ser muito pequena a área onde essa ocupação foi detectada. E, em segundo, porque se nenhuma estrutura defensiva é visível nesse nível (que assenta sobre a rocha), tal observação é apenas válida para aquele local específico, nada indicando que, noutra área do MNAL, não venha a ser identificada uma fortificação que protegesse esta primeira ocupação. Se considerarmos a estratégia do povoamento e a apertada sequência 1ª/2ª fase, tal será mesmo muito provável.

#### 6 – A ESTRUTURA 2

##### 6.1. O início e os primeiros objectivos de intervenção

Em termos rigorosos, a escavação da Estrutura 2, iniciou-se com a terceira fase dos trabalhos, em Setembro de 1989.

A malha de quadrícula foi prolongada em direcção a Este, para lá da fossa de violação, tendo sido inicialmente marcados os quadrados M-N/13-14.

Objectivos: (1) identificação da sequência da Estrutura 2 escavada em anteriores campanhas nas coordenadas 11-12; (2) leitura da sequência estratigráfica interior e exterior à Estrutura 2; (3) interpretar as aparentes estruturas visíveis nos perfis da vala de violação.

### 6.2. A escavação

A escavação permitiu o definitivo esclarecimento das inflexões dos muros que, mutilados pela violação, se tinham tomado quase incompreensíveis. Com efeito, e como repetidas vezes se disse, a vala provocada pela violação provocou danos consideráveis nas estruturas do Monte Novo dos Albardeiros. Hoje, é possível afirmar que houve *duas* e não *uma* violação, como se supunha. A primeira de estas acções atingiu em cheio uma área hoje compreendida pela nossa quadrícula em M-N/13-14. Foi efectuada com recurso a uma retro-escavadora e removeu parte da face externa e interna da Estrutura 2, na parede orientada Norte/Sul, após ter destruído grande parte da Estrutura 1. A segunda violação, também efectuada com retro-escavadora, não teve um único percurso, ao contrário da anterior: foi conduzida de Este para Sudoeste (tendo mutilado estruturas diversas e removido totalmente parte da parede da Estrutura 2, que atacou perpendicularmente), indo as remoções de terra e pedras até 1.5m de profundidade, e, depois, de Oeste para Nordeste (cortando aí transversalmente a Estrutura 2 e atingindo a face de muro junto à ombreira interna direita da porta).

Ambas violações atingiram nesta segunda fase a Estrutura 1, aniquilando-a praticamente em dois terços da sua dimensão original.

Como resultado, acumularam-se em toda a área agora em estudo *falsos* derrubes sobre os *verdadeiros* derrubes, produzindo o aspecto e a situação caótica já descritos. O miolo da Estrutura 2 foi atingido até para lá do seu nível de construção/ocupação, na área central do roço aberto. A sua irregularidade dificulta consideravelmente a leitura interna de essa ocupação.

### 6.3. A definição do traçado da Estrutura 2

A Estrutura 2 aparece agora com uma planta «em ábside», aparentemente com uma porta no seu traçado recto, opondo-se a um nicho na face encurvada.

A porta estava coberta por três ortóstatos dispostos horizontalmente e paralelos entre si, o intermédio partido *in situ* e o mais interno tombado para o interior da Estrutura. O vão da porta teria 106cm de altura utilizável.

A técnica de construção é a mesma em todas as paredes e coincide com a usada posteriormente na Estrutura 1: duas fiadas horizontais de pedras maiores suportam lajes de xisto misturadas com outras pedras e acamadas em terra servindo de argamassa.

A altura máxima registada para as paredes desta Estrutura é de 1.50m.

A sua espessura varia entre 1.30m junto ao nicho e 1.70m a Nordeste.

O conjunto poderia ter assim as dimensões apontadas no desenho esquemático, onde se registaram também os códigos dos muros e troços de muro.

A interpretação do significado funcional da Estrutura 2 não é seguro no estado actual dos nossos conhecimentos. Poderíamos estar perante:

1. uma torre oca de uma fortificação cujo traçado ainda hoje se não conhece. Nesta hipótese, o nicho teria um significado funcional ligado à utilização de aquele espaço;
2. uma «casa».

Nenhuma das hipóteses é totalmente confirmável de imediato, ainda que ambas possam coincidir, tratando-se, de acordo com esta leitura, de uma torre oca de uma fortificação, usada como lugar de habitação.

### 6.4. O espólio recolhido na Estrutura 2

O espólio da «torre» (ou «torre-casa») consiste em cerâmica abundante, e por vezes de excelente qualidade, de um furador de cobre, uma ponta de seta de xisto jaspóide e um fragmento de dormente. Dois fragmentos de cerâmica com decoração simbólica foram também recolhidos. Micro-quantidades de carvão estavam dispersas por todo o solo não violado. De sublinhar que a parte não atingida pela retro-escavadora se resume a um triângulo rectângulo de catetos desiguais numa das áreas da cabana, junto à porta e aos troços de muro *f-a*, *a-b* e *c-d*. e a uma faixa muito estreita junto a *e-f*.



## 7 – A ESTRUTURA 1

A interpretação do que inicialmente se chamou «Estrutura central» ou «Estrutura de topo» (por se sobrepor a outras visíveis ao longo da fossa de violação), mas logo designada por Estrutura 1, sendo a mais simples, não deixava de oferecer dúvidas de peso considerável quanto à sua interpretação. Poderia tratar-se de um monumento funerário. A favor de esta interpretação invocar-se-ia a cerâmica recolhida (diversos recipientes inteiros, possivelmente votivos) e alguns ossos, em muito mau estado de conservação. O que poderia ser reforçado pela recolha de uma figurinha antropomórfica, cerâmica com decoração simbólica e um vaso queijiforme, de calcário (K.12.-105). Estes últimos itens são, no entanto, bivalentes e a sua presença em povoados não é caso raro;

Num contexto inequivocamente funerário destoariam outros artefactos recolhidos, nomeadamente um cadinho de fundição, utensílios de cobre, pingo de fundição, numerosos fragmentos de pesos de tear e de cerâmica «doméstica» e um grande prato de bordo espessado internamente, fragmentado *in situ* (K.12.-91);

Poderíamos seriar assim as hipóteses explicativas para a Estrutura 1:

- (1) Estrutura funerária tipo *tholos*;
- (2) casa, construída em falsa cúpula;
- (3) casa reaproveitada para uso funerário;
- (4) estrutura funerária coberta com terra proveniente de um povoado envolvente e contendo, naturalmente, traços fragmentados de artefactos de uso comum.

A favor de se tratar de um *tholos*, contam-se artefactos com grande probabilidade votivos, a construção em falsa cúpula e os ossos considerados humanos. *Contra*, a grande dimensão que o monumento teria. Como argumento a aconselhar reserva, o facto de a construção em falsa cúpula ser também conhecida em povoados (Cabana 10 do Cerro do Castelo de Santa Justa). Determinando prudência, a própria origem dos artefactos de uso comum.

A favor de se tratar de uma casa, apenas (o que está longe de ser insuficiente) a própria natureza do contexto em que foram recolhidos alguns artefactos, claramente associados (cadinho/pingo/artefactos de cobre).

A favor de se tratar de uma casa com reaproveitamento funerário: aparentemente, tudo.

Estrutura funerária coberta por terra de um povoado envolvente: a favor, naturalmente, o facto do povoado existir; *contra*, a natureza de alguns dos artefactos recolhidos, de dimensão e importância excessivas para serem transportados com a terra sem que se desse por isso.

Parece-me claro, com as devidas e compreensíveis reservas, que a hipótese que propõe como explicação tratar-se de uma estrutura habitacional reaproveitada com fins funerários reúne o maior número de possibilidades de corresponder à interpretação mais adequada para a Estrutura 1.

Todas as limpezas e acertos de perfil efectuados evidenciaram dois pontos importantes, a nível da interpretação geral do sítio:

1. a Estrutura 1 foi construída sobre um aplanamento intencional do solo, regularizando o topo da Estrutura 2;
2. a Estrutura 1 nada tem a ver com uma reconstrução da Estrutura 2. Na verdade, o seu próprio traçado, não coincidente, indica uma fase de construção completamente autónoma da anterior.

## 8 – OS ENTERRAMENTOS DA IDADE DO BRONZE ANTIGO

A escavação da área exterior à Estrutura 1, em J.11., revelou a presença de dois recipientes dispostos sobre o que parecia ser restos extremamente desagregados de ossos. As manchas esbranquiçadas não correspondiam a uma forma determinada, mas antes pareciam resultar da decomposição de dois montículos de ossos. Nenhuma estrutura enquadrava os vasos e a sua forma, desconhecida no Calcolítico, apontava, particularmente no caso de J.11.-97, a Idade do Bronze.

A identificação, no interior de cada um deles, de uma *alène* de bronze, um instrumento perfurante, losangular muito alongado, com duas extremidades aguçadas, similar aos conhecidos em contextos do Sul de França como pertencendo à Idade do Bronze antigo, veio renovar o interesse sobre esta situação.

A primeira questão diz respeito ao significado de estes dois vasos.

Creio que parece aceitável tratar-se de oferendas fúnebres, o conteúdo de cada vaso reforçando esta suposição. Com efeito, não é comum em povoados a recolha de vasos com artefactos dentro. Não é comum, mas, apesar disso, não se trata de uma situação impossível: nas primeiras recolhas no *locus* 1 do povoado calcolítico da Sala nº 1 foi identificado um pequeno recipiente que aparentemente continha uma lamela. Mas não há notícia, que tenha presente, de um vaso contendo um instrumento metálico, a não ser em sepulturas.

A pouca profundidade a que foi feita a descoberta, a sua sobreposição aos vestígios calcolíticos e o facto de nenhuma outra situação deste tipo ou artefactos esta época terem, até agora, sido identificados no povoado deixa crer tratar-se de uma situação epifenoménica em relação à ocupação do Monte Novo dos Albardeiros.

Será interessante avançar que, a escassos quilómetros, no Monte dos Cebolinhos, vim a identificar uma necrópole de cistas com espólio típico do Bronze do Sudoeste e que nas imediações de Reguengos foi, em tempos, destruída uma necrópole muito provavelmente da mesma época. Não é, portanto, num contexto vazio que esta situação se define.

A segunda e última questão diz respeito à cronologia. Absolutamente fora de contexto, e neste sentido inúteis, os exemplares de Vila Nova de S. Pedro, provavelmente erradamente classificados como sendo de cobre (Jalhay e Paço, 1945: Est. XVII, 9, 10 e XVIII, 18, 19), as comparações com o Sul de França são suficientes para a cronologia que proponho para estas deposições, meados do 2º milénio.

«Alènes» tipologicamente próximas das identificadas no MNAL foram recolhidas na Grotte des Châtaigniers, Vingrau, Pirinéus Ocidentais (Guilaine, 1972: 86), na Provença (Courtin, 1976: 446), no dolmen de St-Eugène, Laure, Minervois, Aude (Roudil e Guilaine, 1976: 460), no dolmen de Mas de Labat 2, Cènevières, Lot, e no dolmen de La Liquisse, Nant (Clottes e Constantini, 1976: 471 e 473). Gilles Gaucher publicou recentemente (1988) fotografias de exemplares provenientes do Gard e conservados no Museu de História Natural e Pré-História de Nîmes (Estampa 2, entre pp. 112 e 113).

## 9 – CRONOLOGIA ABSOLUTA

Os ossos provenientes dos presumidos enterramentos da Estrutura 1 foram preservados para estudo, não havendo, conseqüentemente qualquer datação para eles. Na verdade, quando houve que escolher entre recolhê-los convenientemente, possibilitando estudo posterior, ou usá-los para <sup>14</sup>C, não hesitei. Devido ao seu estado de extrema fragmentação, foram recolhidos após lavagem com álcool e impregnação *in situ* com polivinil, e aplicação de camadas de gase cirúrgica, alternadamente a camadas pinceladas de polivinil. Quando o conjunto ficou suficientemente consolidado, foi feita a remoção em bloco.

No entanto, fragmentos de ossos de *ovis* e *bos* foram recolhidos em número bastante para garantir uma datação:

ICEN-529: 3 760 ± 100 BP (delta 13, 0/00, -20.41)

Esta data foi calibrada, de acordo com a curva de Pearson *et al.* (Radiocarbon, 1986: 911-934):

para um sigma: 2 340 - 2 040 cal AC;

para dois sigmas: 2 470 - 1 910 cal AC.

Na Estrutura 2 recolheram-se também ossos fragmentados. À excepção de alguns restos de armações de cervídeos, que se preservaram para identificação posterior da altura do ano em que se efectuou o abate, foram também entregues para datação. Foi a seguinte:

ICEN-530: 4 060 ± 80 BP (delta 13, 0/00, -20.84)

Esta data foi calibrada, de acordo com a curva de Pearson *et al.* (Radiocarbon, 1986: 911-934):

para um sigma: 2 865 - 2 491 cal AC;

para dois sigmas: 2 886 - 2 460 cal AC.

As datações justificam algum comentário.

Em primeiro lugar, nem seria necessário observar a sua representação gráfica, a 2 sigmas como é habitual, para se aceitar que se trata de duas datas bem diferenciadas estatisticamente. Claro que a Estrutura 1 seria sempre posterior à Estrutura 2, que lhe está claramente sobposta, mas o que restava esclarecer era se o período que as separaria teria sido curto ou longo, se teria havido um hiato considerável na ocupação do sítio.

Tecnicamente, ambas populações, as que constroem as Estruturas, detêm a metalurgia do cobre, como os achados de artefactos daquele metal e de outros relacionados com a sua fusão o provavam. São *calcolíticos*, portanto...

Para a Estrutura 2, e seu conjunto artefactual, a datação não surpreende, nem levanta qualquer problema. Trata-se, em anos de calendário, de uma das muitas construções defensivas da primeira metade do 3º milénio, contemporânea de Santa Justa (Gonçalves, 1989, vol. 1: 175 e seqq.), do Monte da Tumba (Soares e Cabral, 1987: 155-165; Silva e Soares, 1987: 29-79) e, muito provavelmente, do nível 3 da Sala nº 1 (Gonçalves, 1987: 15).

A data obtida para a Estrutura 1, porém, exige que se coloquem, pelo menos, duas «explicações» alternativas: trata-se de um *terminus* para a utilização calcolítica do sítio ou refere-se à utilização habitacional da Estrutura, anterior ao seu aproveitamento funerário?

E qual a proximidade entre os enterramentos calcolíticos e as deposições da Idade do Bronze Antiga, efectuadas já nos derrubes da área envolvente do topo da Estrutura 1?

Observando os valores extremos da data calibrada, podemos sem receio afirmar que se trata de um momento da segunda metade do 3º milénio. É mesmo, aliás, a única coisa que podemos afirmar, ainda que o espólio aponte, a meu ver, uma fase terminal do milénio. Trata-se, no entanto, sublinho-o bem, de uma opinião pessoal.

À questão, inevitável perante estas datas, de existir ou não continuidade na ocupação do sítio, responderei que, não sendo impossível, me parece, em termos estritos, improvável. Devo porém insistir que, não apresentando o inventário dos artefactos consideráveis diferenças, seria difícil defender a hipótese de se tratar de comunidades técnica e «culturalmente» diferenciadas.

Mas o estudo das estruturas defensivas envolventes poderá, talvez, trazer outras questões e, oxalá, outras respostas.

## 10 – SÍNTESE DA SITUAÇÃO

É impossível, sem uma escavação em área extensa do sítio, propor uma sequência de ocupação integral, ordenando a totalidade das séries de construção/ocupação/abandono/derrube.

No núcleo escavado, porém, e esquecendo por agora o *locus* 1, é visível e reconstruível uma sequência que parte do ponto 0 da sequência de ocupação antrópica do sítio:

1º momento: instalação de um grupo de dimensões desconhecidas, que construiu cabana(s) revestida(s) com argila.

(Fase 1);

2º momento: abandono e/ou derrube parcial da(s) Estrutura(s);

3º momento: construção e uso habitacional de uma grande torre de planta em ábside (Estrutura 1), ligada provavelmente a um dispositivo defensivo complexo.

(Fase 2);

4º momento: abandono e derrube parcial da Estrutura;

5º momento: regularização do solo de topo das paredes emergentes da Estrutura 2, construção e primeiro uso da Estrutura 1;

(Fase 3);

6º momento: eventual utilização da Estrutura 1 com finalidade funerária, ainda no Calcolítico.

(Fase 4);

7º momento: derrube da Estrutura e abandono do sítio;

8º momento: enterramentos da Idade do Bronze antigo no topo da colina artificial formada pelas Estruturas 2 e 1, sobrepostas, pelos seus derrubes, e pelas estruturas envolventes;

9º momento: 1980-1985, destruições com picaretas e retro-escavadora nas áreas centrais da colina artificial, arrasando o centro das Estruturas e danificando-as.

A nível do espólio, só o desenho das cerâmicas e as respectivas contagens (em curso) poderão transmitir uma imagem rigorosa de eventuais diferenças. Mas algumas observações são já possíveis:

1. há artefactos de cobre tanto na Estrutura 1 como na Estrutura 2;
2. se é admissível um significado funerário pelo menos para um dos momentos de uso da Estrutura 1, a 2 só pode ser entendida como uma Estrutura (com uso habitacional) integrada num dispositivo defensivo;
3. a cerâmica com decoração simbólica surge tanto na Estrutura 1 como na 2, ainda que os motivos sejam formalmente diferentes. No caso da proveniente da Estrutura 2, pode ainda discutir-se a possibilidade de ela ser ou não proveniente de remoções e transportes provocados artificialmente pelas violações recentes;
4. não se registaram, até ao momento, entre a numerosa cerâmica recolhida, taças carenadas;
5. a existência de fauna datável poderá esclarecer o lapso de tempo existente entre as duas Estruturas, mas artefactualmente as diferenças não são sensíveis a uma primeira leitura, salvo as que dizem respeito ao acabamento das cerâmicas, nitidamente melhor cuidado na Estrutura mais antiga.

A discussão final pode ter lugar em função de vários vectores de aproximação.

Se a própria natureza do sítio parece hoje esclarecida como tendo tido significados diversos ao longo da diacronia, não deixa de ser interessante especular sobre L.14.-30, um fragmento de *Pecten maximus* recuperado no primeiro solo de ocupação da Estrutura 2. O aparecimento de este bivalve de água salgada implica contactos directos ou indirectos com o litoral, estando a costa mais perto e de acesso mais fácil a cerca de 150km de distância, algures no actual Distrito de Setúbal.

Por outro lado, aceita-se como muito provável que toda a ocupação do sítio tenha decorrido durante o Calcolítico, mesmo numa fase relativamente evoluída deste, o que é particularmente nítido para o primeiro uso da Estrutura 1.

Povoado provavelmente «aberto» numa primeira fase (mas tal está longe de ser seguro), confirmou-se como um sítio fortificado com particularidades notáveis em fases seguintes, cuja extensão resta avaliar. A sua utilização funerária, ainda durante o Calcolítico, parece incontestável, bem como uma reutilização idêntica durante a Idade do Bronze Antigo.

Dominando completamente a extensa planície que vai até à Serra das Pedras e Monsaraz, a importância estratégica de este sítio não pode ser minimizada.

## 11 – REGUENGOS DE MONSARAZ, «TERRITÓRIO MEGALÍTICO»: UMA PERSPECTIVA DE INVESTIGAÇÃO

No início dos anos 50 a publicação do texto clássico dos Leisner sobre o megalitismo de Reguengos de Monsaraz veio apresentar a primeira grande investigação quase sistemática sobre uma região e um grupo megalítico «português». Ao mesmo tempo, permitiu literalmente abrir em leque um amplo naipe de questões e problemas sobre as origens do megalitismo, a evolução arquitectónica dos sepulcros, as incidências artefactuais.

O impacto do livro dos Leisner foi tal que, por algum tempo, pareceu desencorajar a investigação na área, supostamente exaurida pelo casal germânico. José Pires Gonçalves, que os ajudara no terreno, e Henrique Leonor de Pina viriam a provar o contrário, acrescentando novos monumentos à lista já disponível. E particularmente uma nova e impressionante série de menires. O Outeiro, a Belhõa (ou Bulhõa), o controverso monumento do Xarêz, os menires das Vidigueiras, do Monte do Limpo, os monumentos ainda inéditos que Leonor Pina identificou, o menir dos Gorginos (identificado recentemente por mim e Manuel Calado), evidenciaram a forte presença de uma *outra* componente do megalitismo, provavelmente mais delimitada cronologicamente que as restantes.

Faltava definir as áreas de ocupação que corresponderiam aos lugares de habitação, permanente ou temporária, dos construtores e utilizadores de megálitos.

Desde 1985, esta situação começou a ser resolvida e dispomos hoje de suficientes «pontos no mapa» para repensarmos situações. Cedo ainda para grandes possibilidades de síntese, dois sítios vieram contribuir de forma decisiva para recuperar o enquadramento da diacronia megalítica. O primeiro deles a começar a ser escavado, é objecto desta primeira nota, o Monte Novo dos Albardeiros. O segundo, identificado pela minha equipa em 1989 e cuja escavação começou já em 1990, é o sítio 3 da Torre do Esporão (TESP3). Ambos representam momentos  *muito bem diferenciados*  da evolução de um povoamento directamente relacionado com a construção e utilização de megálitos. Se as cronologias absolutas confirmarem a interpretação arqueológica, estes dois sítios situam-se desde o início do 3º milénio (TESP3) até ao seu fim (MNAL, Estrutura 1), estando os meados do milénio representado pela Estrutura 2 do MNAL. Mas o povoado dos Gorginos, cuja escavação foi requerida para 1991, poderá representar uma fase ainda anterior. E será interessante verificar a sua associação aos monumentos tão inutilmente datados pela termoluminescência.

De qualquer forma, se sobre o 4º milénio nada ainda sabemos, a ocupação das terras de Reguengos de Monsaraz no 3º milénio levanta muito curiosas questões. Uma delas, e não a menos interessante, é a das relações com a costa ou com grupos frequentadores da área litoral.

A recolha de *Pecten maximus* no nível de fundação da Estrutura 2 do MNAL ou a recolha de *Venerupis decussata* no TESP3 tem a ver com a eventual proveniência daqueles grupos, que seriam assim comunidades migrantes de outros contextos geográfico-culturais, ou, em alternativa, comunidades que manteriam relações com outras que habitassem junto à água salgada, onde a *Pecten* e a *Venerupis* têm o seu habitat. Mas se a presença da *Venerupis* se explica em muitos lugares pelo seu consumo alimentar, a *Pecten* terá porventura outras implicações, sabendo nós que na transição do 4º para o 3º milénio ela está presente em contextos funerários (nas grutas de Alcobaça, Cova das Lapas, por exemplo). Haveria um qualquer simbolismo específico relacionado com a *Pecten*?

Para além de conhecermos o caso histórico dos peregrinos de Santiago, nenhuma informação segura está disponível e, provavelmente, não conseguiremos ultrapassar o difuso horizonte das suposições. Mas não parece ser por acaso que a *Pecten* surge no nível de fundação da Estrutura 2 do MNAL. Talvez novos dados venham a permitir outras avaliações, por ora nada de outro será lícito avançar.

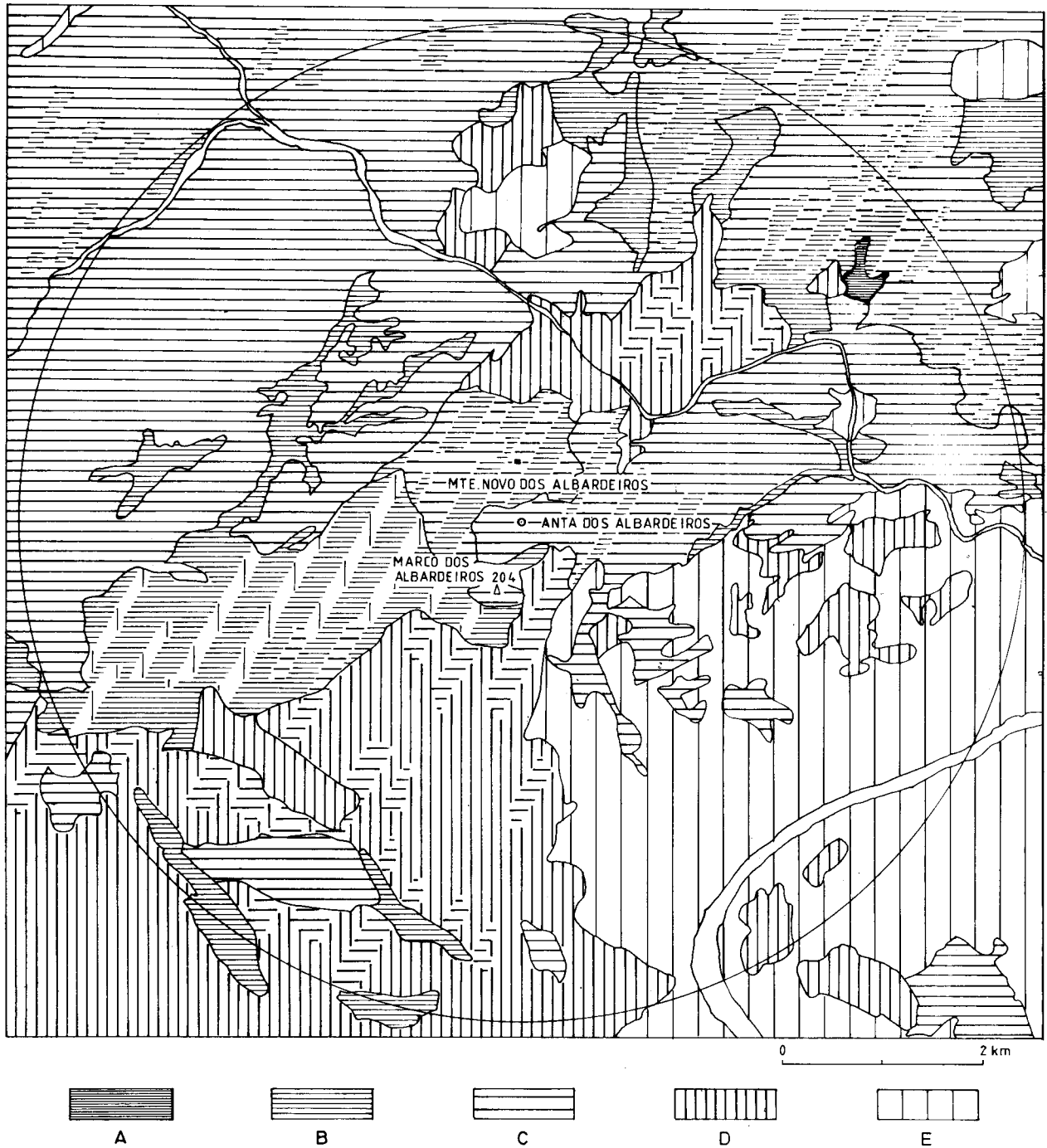
Pela natureza dos seus solos, pelo regime dos cursos de água, pela abundância em combustível e matérias primas, a região que é hoje a de Reguengos de Monsaraz presenciou uma notável evolução durante o 4º, o 3º e o 2º milénios. Tudo me parece reforçar a ideia que se trata de uma evolução *em regime aberto* e que os contactos com outras áreas, para Ocidente e para Este, se mantiveram ao longo deste extenso período. Só o prosseguir dos trabalhos que empreendemos na região, poderá permitir outros avanços.

Reguengos de Monsaraz/Lisboa, Verão de 1990

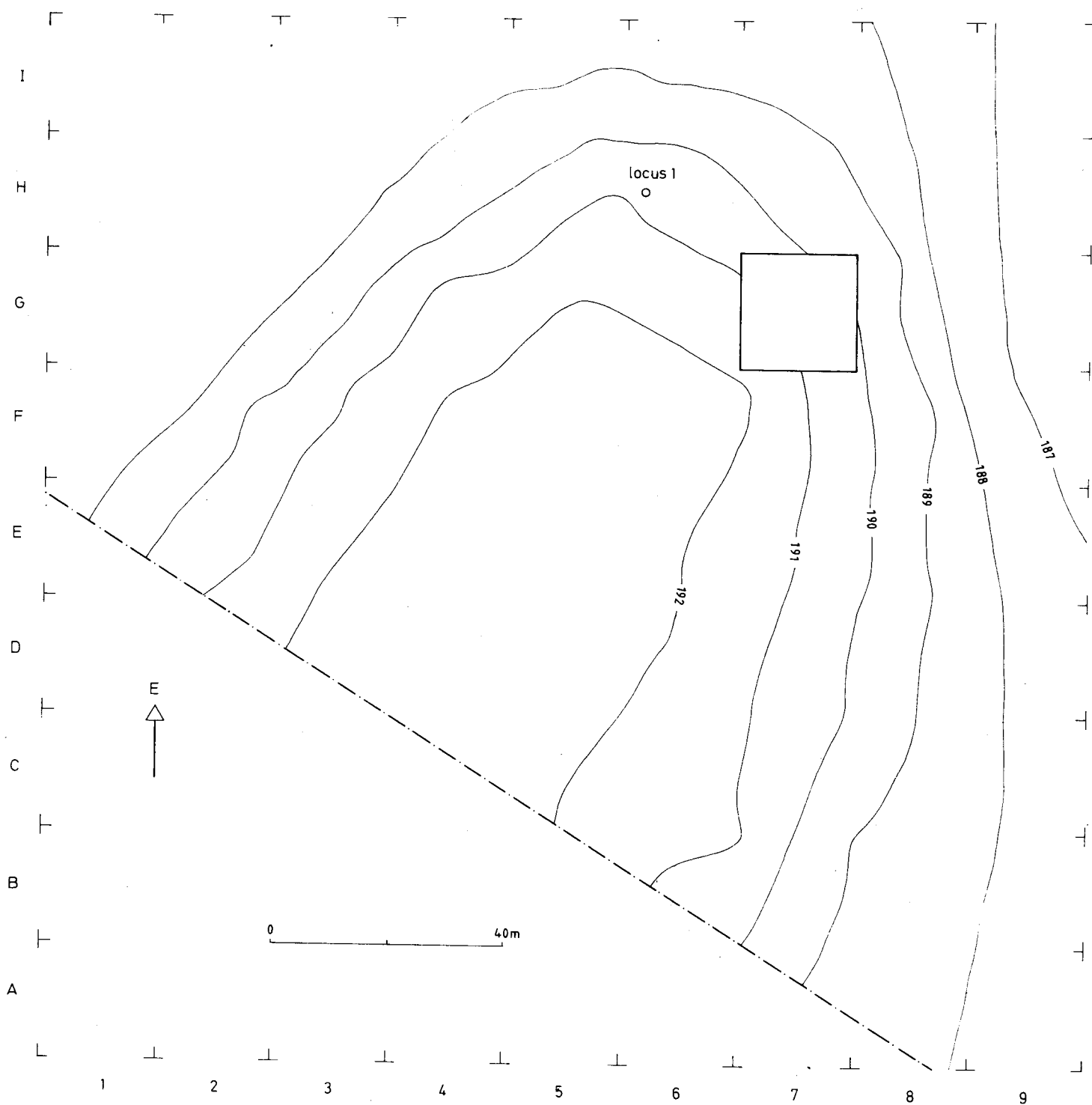
## REFERÊNCIAS

- CLOTTES, Jean, e Georges Constantini-1976 - Les civilisations de l'Âge du Bronze dans les Causses, in Guilaine, 1976: 470-482
- COURTIN, Jean-1976 - Le Bronze ancien et le Bronze moyen, in Guilaine, 1976: 445-451
- GAUCHER, Gilles-1988 - *Peuples du Bronze*, Paris: Hachette
- GONÇALVES, Victor S.-1987 (1990) - O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a Campanha 1(88), *Portugália*, Nova Série, VIII: 7-16, Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras
- GONÇALVES, Victor S.-1989 - *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*, 2 vols., Lisboa: UNIARQ/INIC
- GUILAINE, Jean-1972 - *L'Age du Bronze en Languedoc Occidental*, Roussillon, Ariège, Paris: Klincksieck
- GUILAINE, Jean (dir.)-1976 - *La Préhistoire Française, Tome II, Les civilisations Néolithiques et Proto-historiques de la France*, Paris: CNRS
- JALHAY, Eugenio, e Afonso do Paço-1945 - *El Castro de Vila Nova de S. Pedro*, Madrid (tirada aparte de *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, tomo XX)
- LEISNER, Georg, e Vera Leisner-1951 (reed. 1985) - *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*, Lisboa: IAC (UNIARQ/INIC)
- ROUDIL, Jean-Louis e Jean Guilaine-1976 - *Les civilisations de l'Âge du Bronze en Languedoc*, in Guilaine, 1976: 459-469
- SILVA, Carlos Tavares da, e Joaquina Soares-1987 - O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba, I - Escavações arqueológicas de 1982-86 (Resultados preliminares), *Setúbal Arqueológica*, VIII, 29-79
- SOARES, António M. Monge, e João M. Peixoto Cabral-1987 - O Povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba, VI. Cronologia Absoluta, *Setúbal Arqueológica*, VIII, 155-165.

Fig. 3

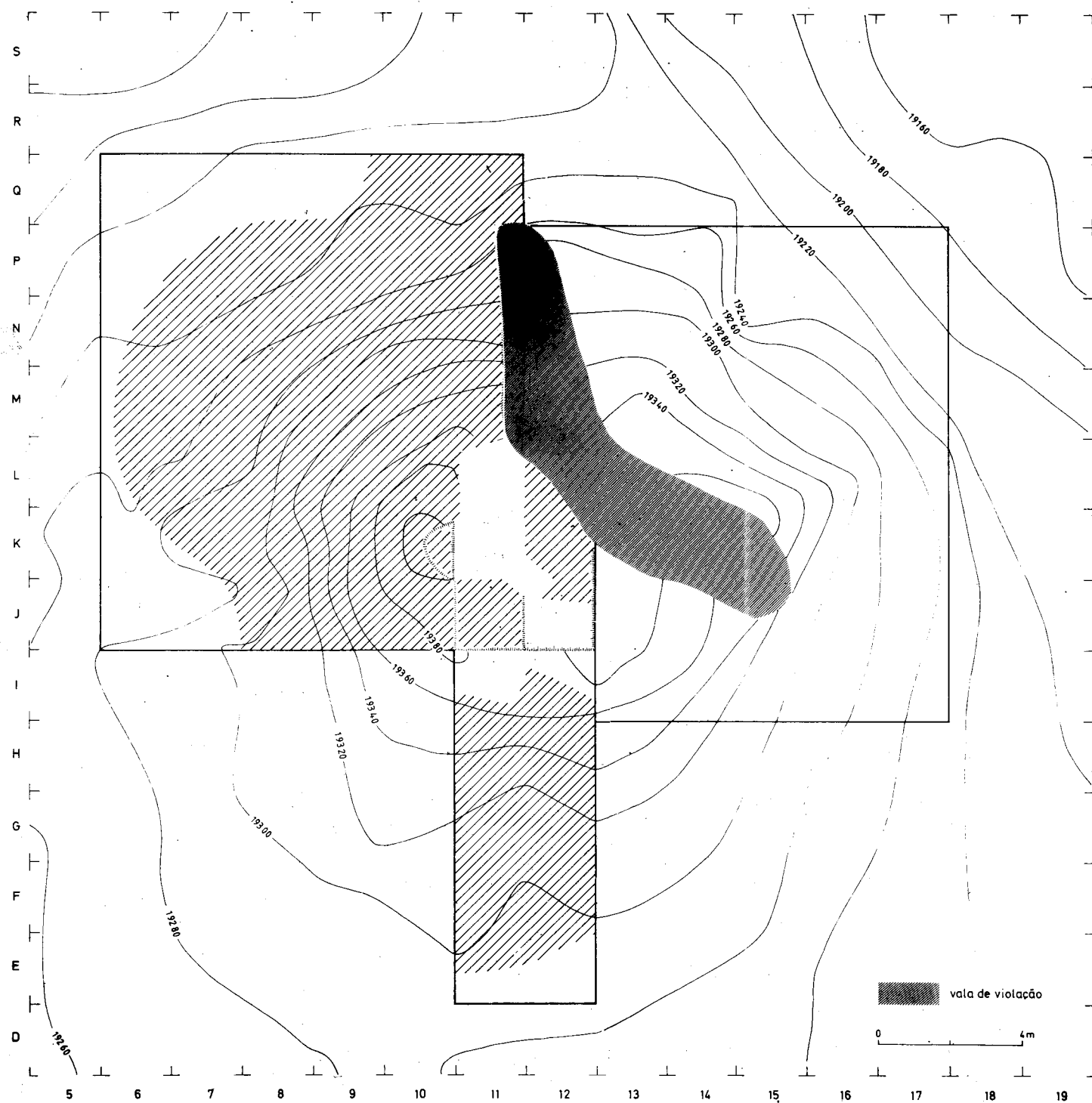


Os povoados do Monte Novo dos Albardeiros e do Marco dos Albardeiros e a Anta dos Albardeiros. Capacidade actual de uso dos solos da provável área de recursos dos povoados (segundo Gonçalves, 1989, I: Fig. 7.23, p. 385).



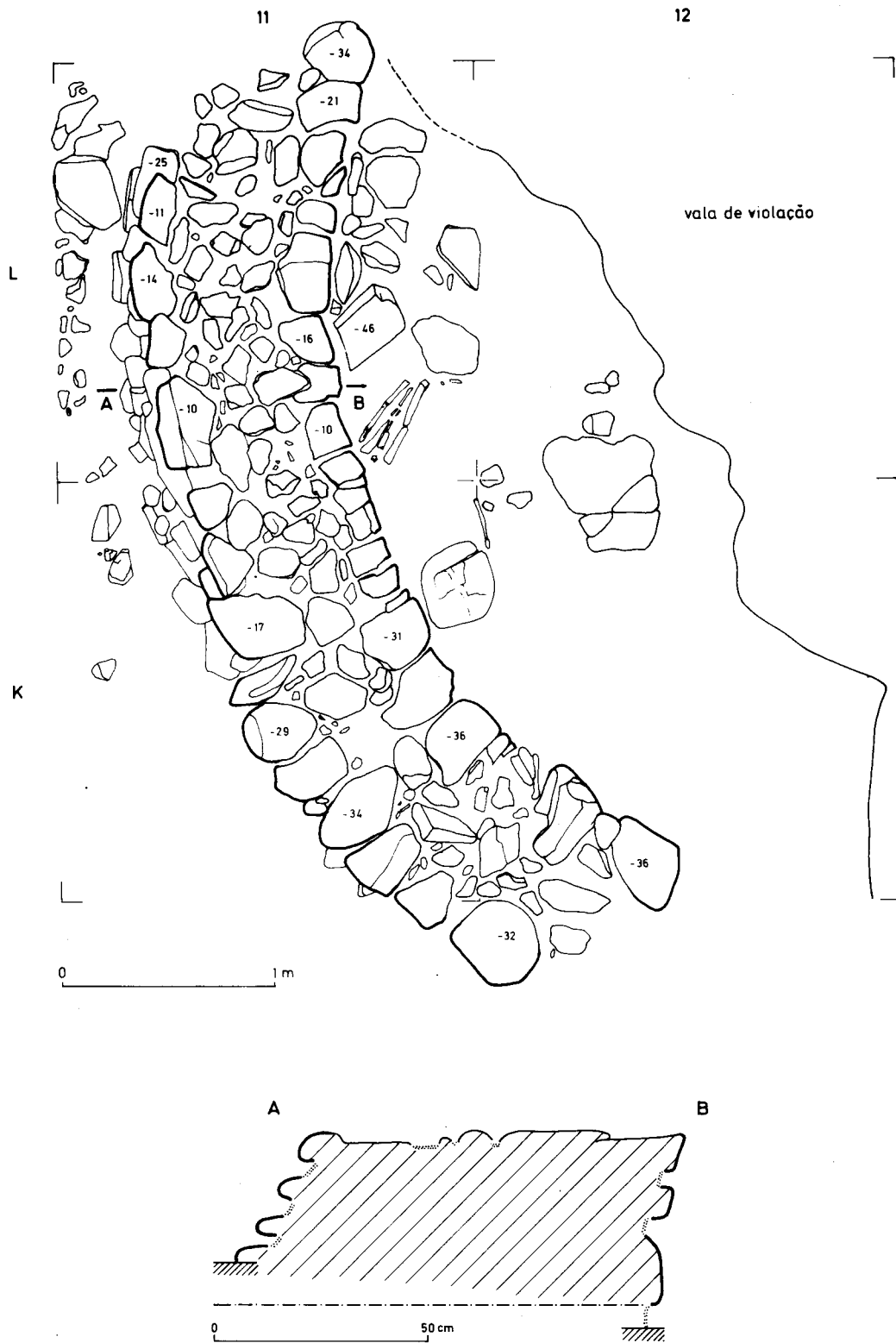
Planta geral do Cabeço onde se localizam as estruturas calcólicas do Monte Novo dos Albardeiros.  
Levantamento do GAT de Évora, redenhado pela UNIARQ.

Fig. 5



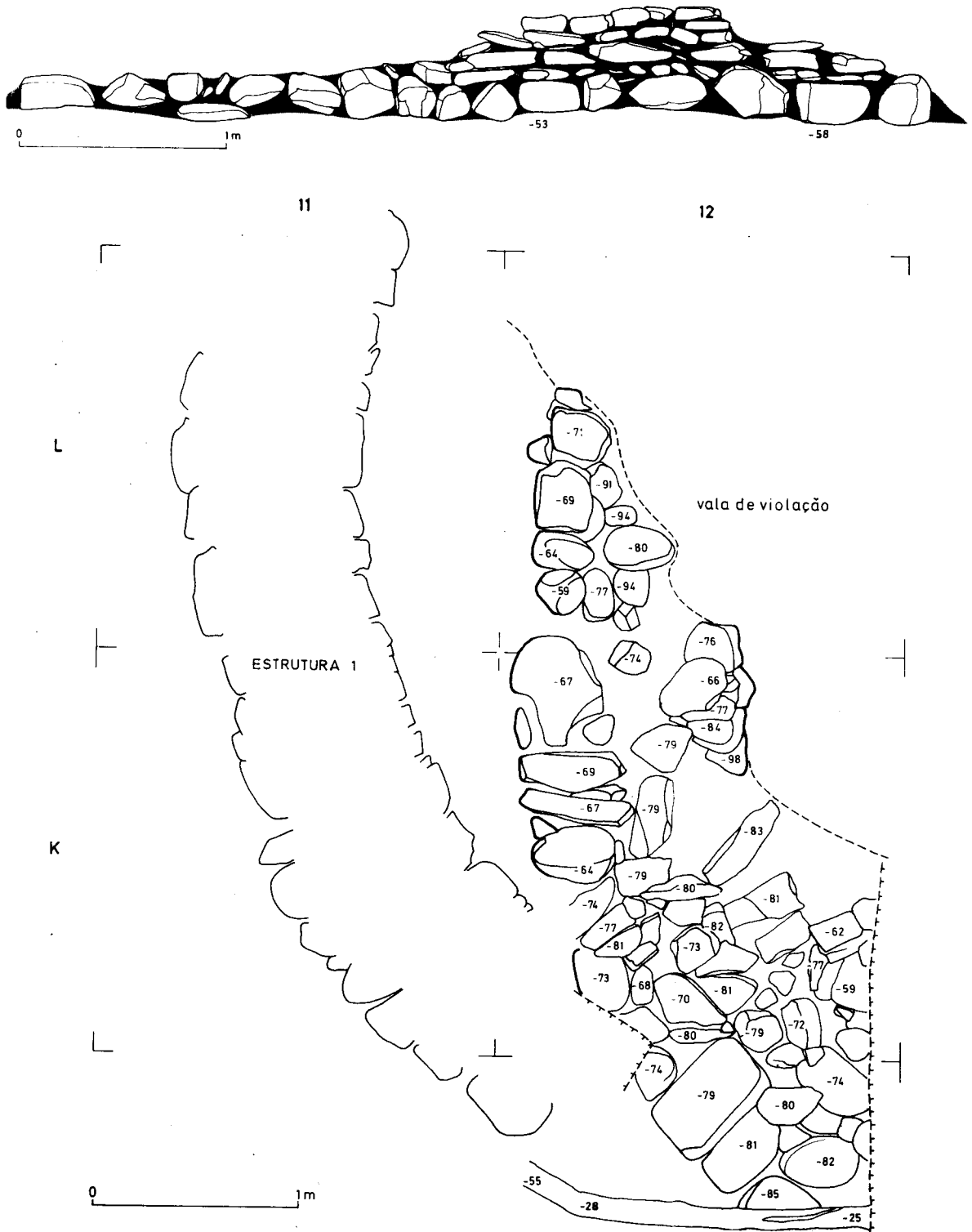
Planta da primeira área intervencionada no Monte Novo dos Albardeiros. Levantamento do GAT de Évora, redesenhado pela UNIARQ. A trama larga indica a distribuição dos derrubes.





(em cima) Planta da Estrutura 1 do Monte Novo dos Albardeiros, mutilada pela violação. Junto à pedra angulosa com cota -46, restos de ossos depositados junto à face interna da parede.  
 (em baixo) Corte da Estrutura 1, em A-B (ver planta), sendo visível o tipo de construção, em falsa cúpula.

Fig. 7



(em cima) Planificação da face interior da Estrutura 1.  
(em baixo) Topo da Estrutura 2, aparecendo sob a Estrutura 1 (esta última em vazio).

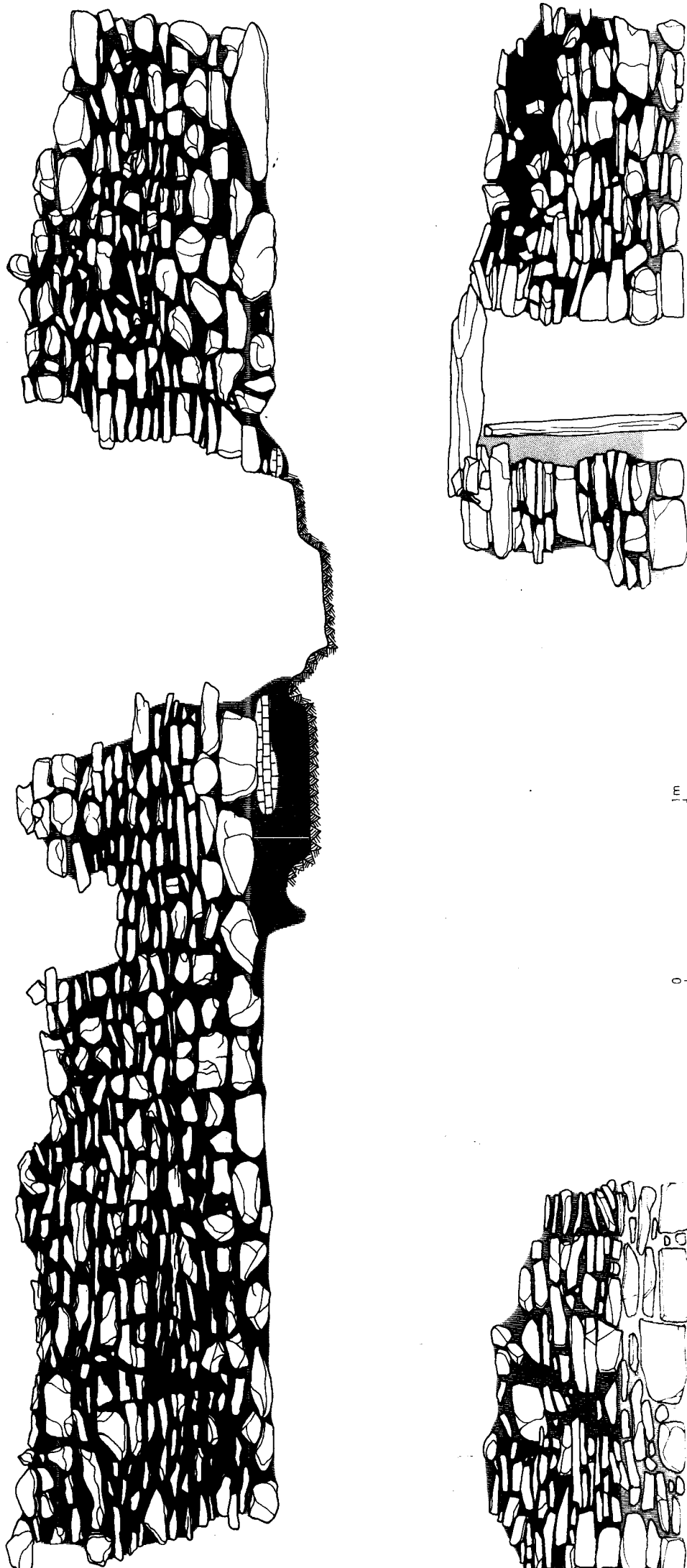
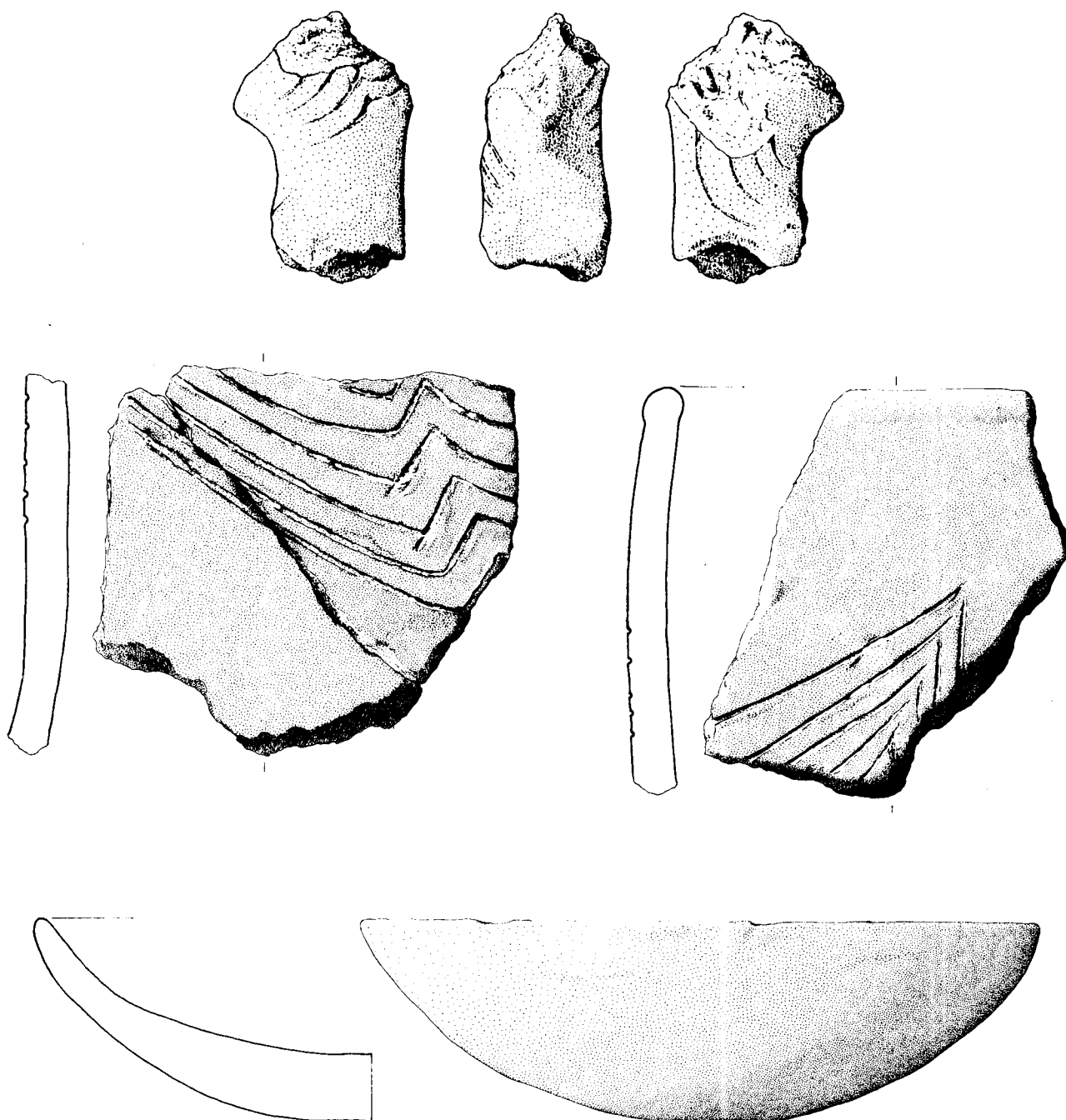


Fig. 8

(à esquerda) Planificação das faces internas da estrutura 2, nos segmentos conservados. Observe-se a notável porta estruturada, ainda coberta, e o tipo de construção e aparelho que a delimita. Na imagem de cima nota-se um pequeno nicho (antiga «vigia» ou «janela» entaipada posteriormente?) e a grande área destruída pela retro-escavadora. Note-se que a face exterior da Estrutura 2 não pôde ser escavada enquanto se não remover a oliveira que encobre e se limparem os derrubes das construções exteriores.

Fig. 10



(em cima) Cabeça fragmentada de figurinha cerâmica J.12.-99, com as «tatuagens» ou «pinturas» faciais próprias da Deusa Mãe calcolítica (1:1). (ao meio) Cerâmicas com decoração simbólica, incisões revestidas a pasta branca. (2:3)  
(em baixo) Taça Lc1-53, recolhida no Locus 1. (2:3)

P

N

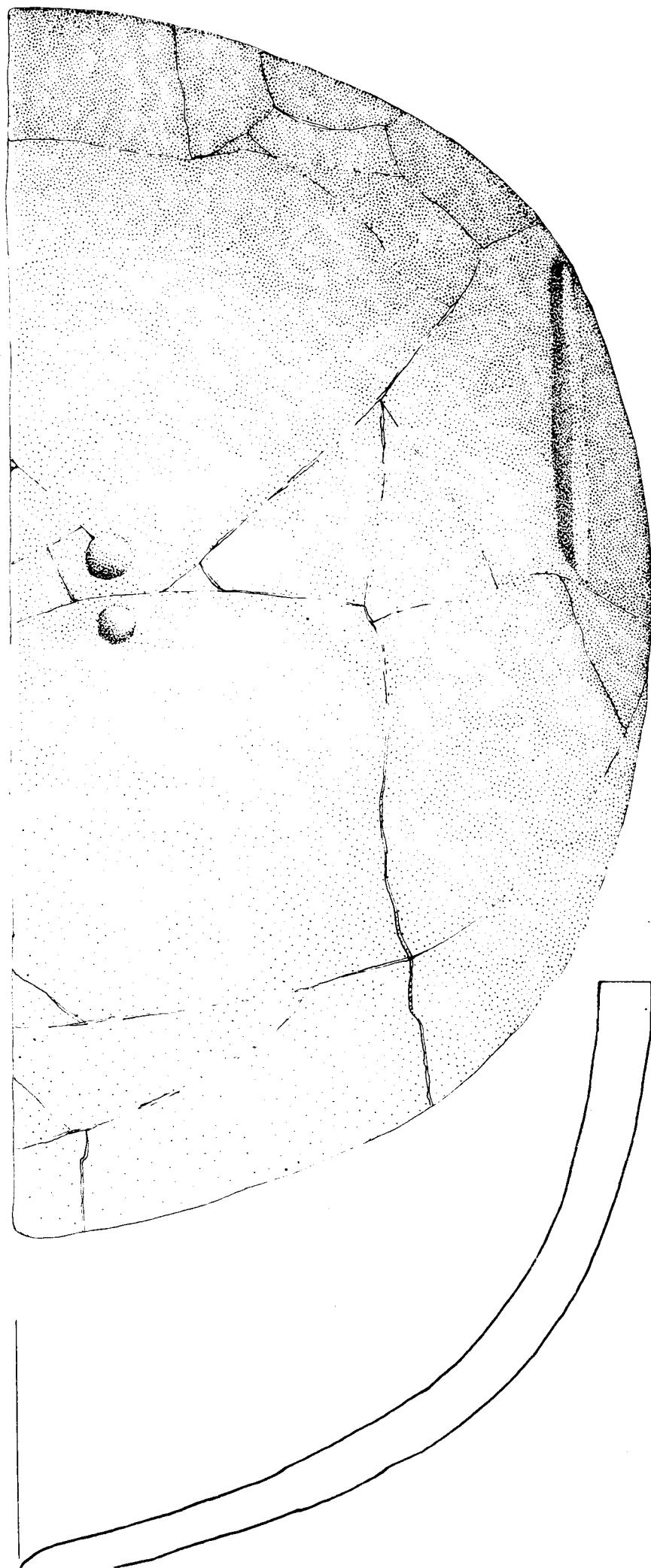
M

L

K

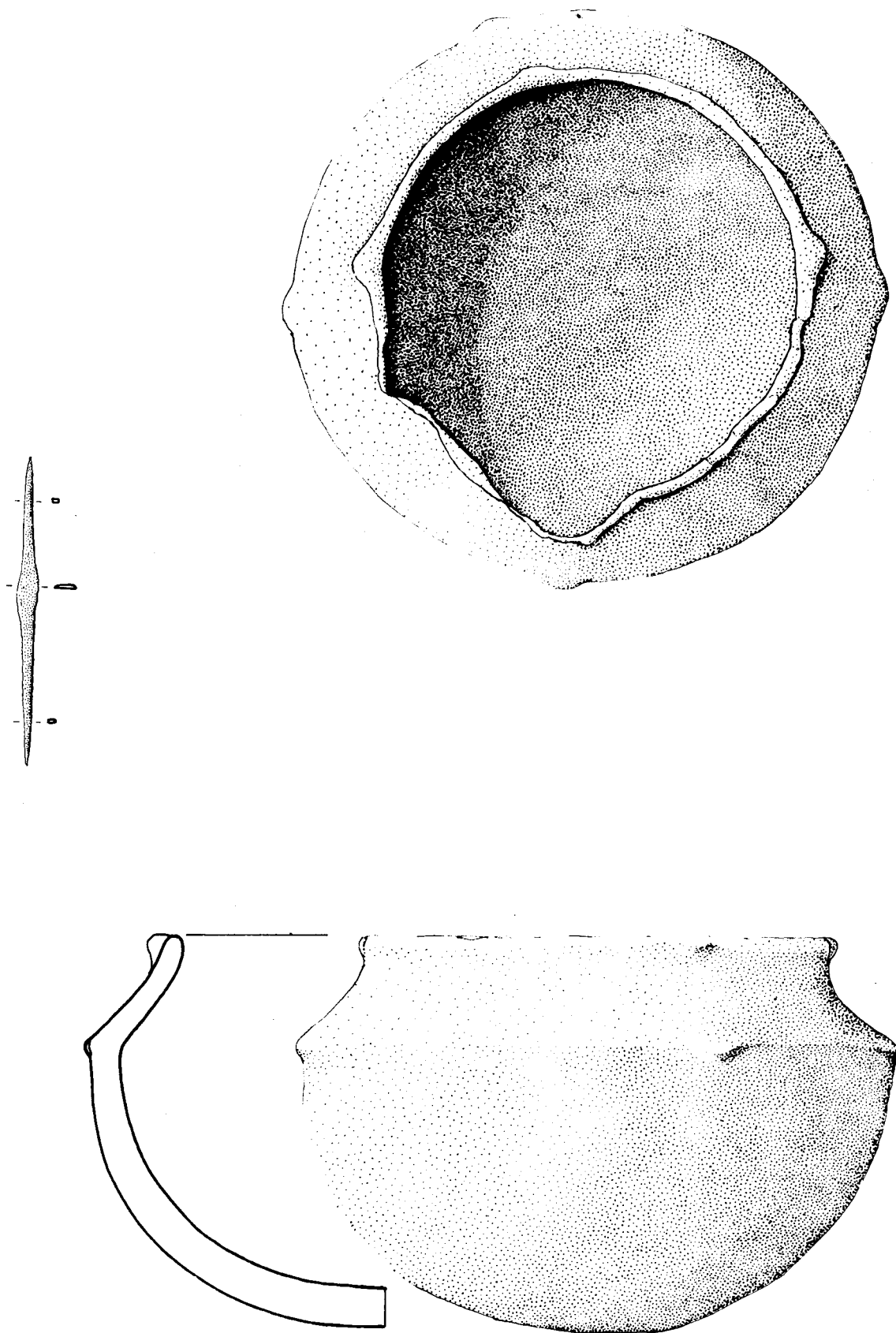
J

I

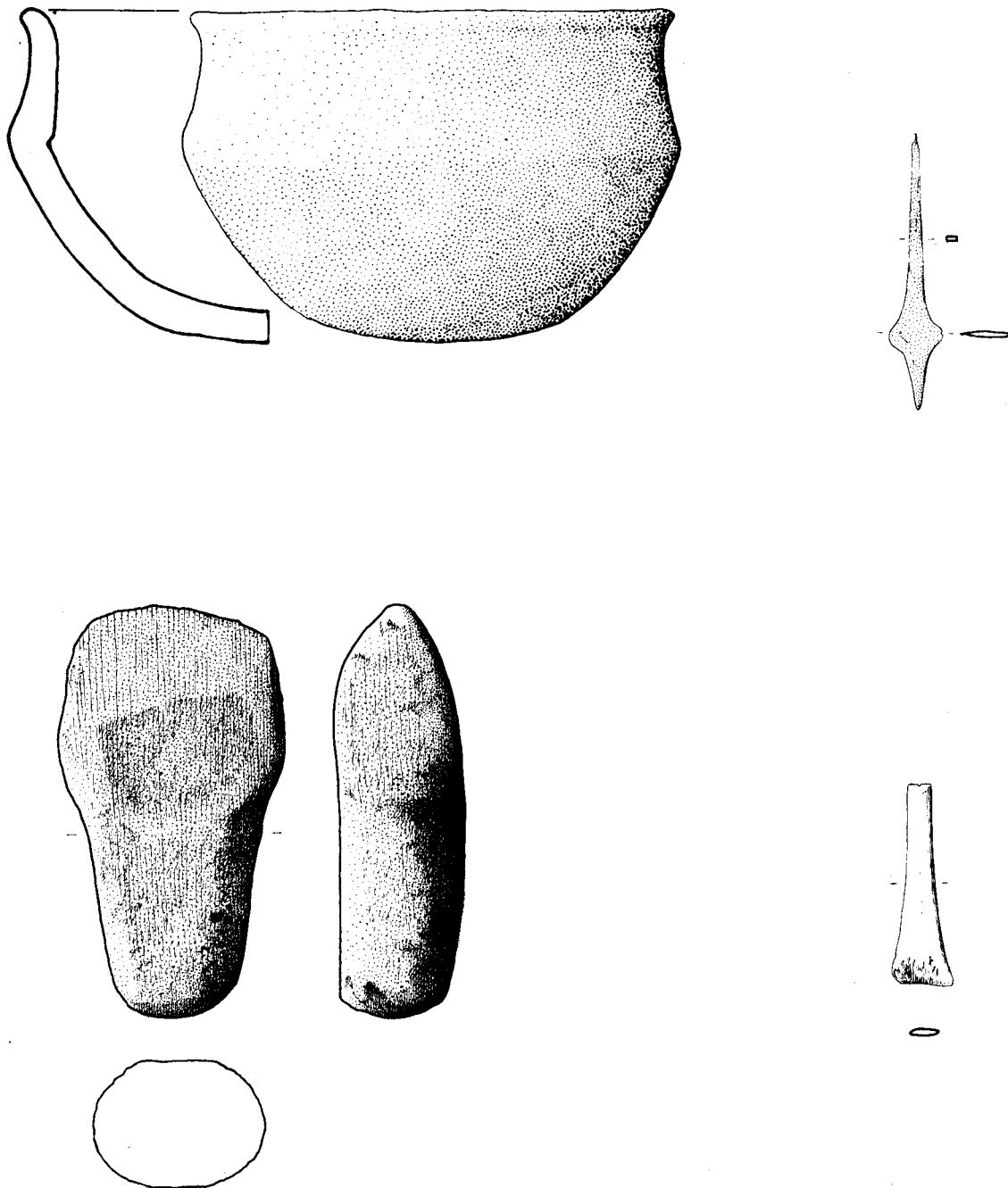


Grande taça aberta em calote Le1-40, com «falsos olhos», proveniente do Locus 1 (1:2).

Fig. 12



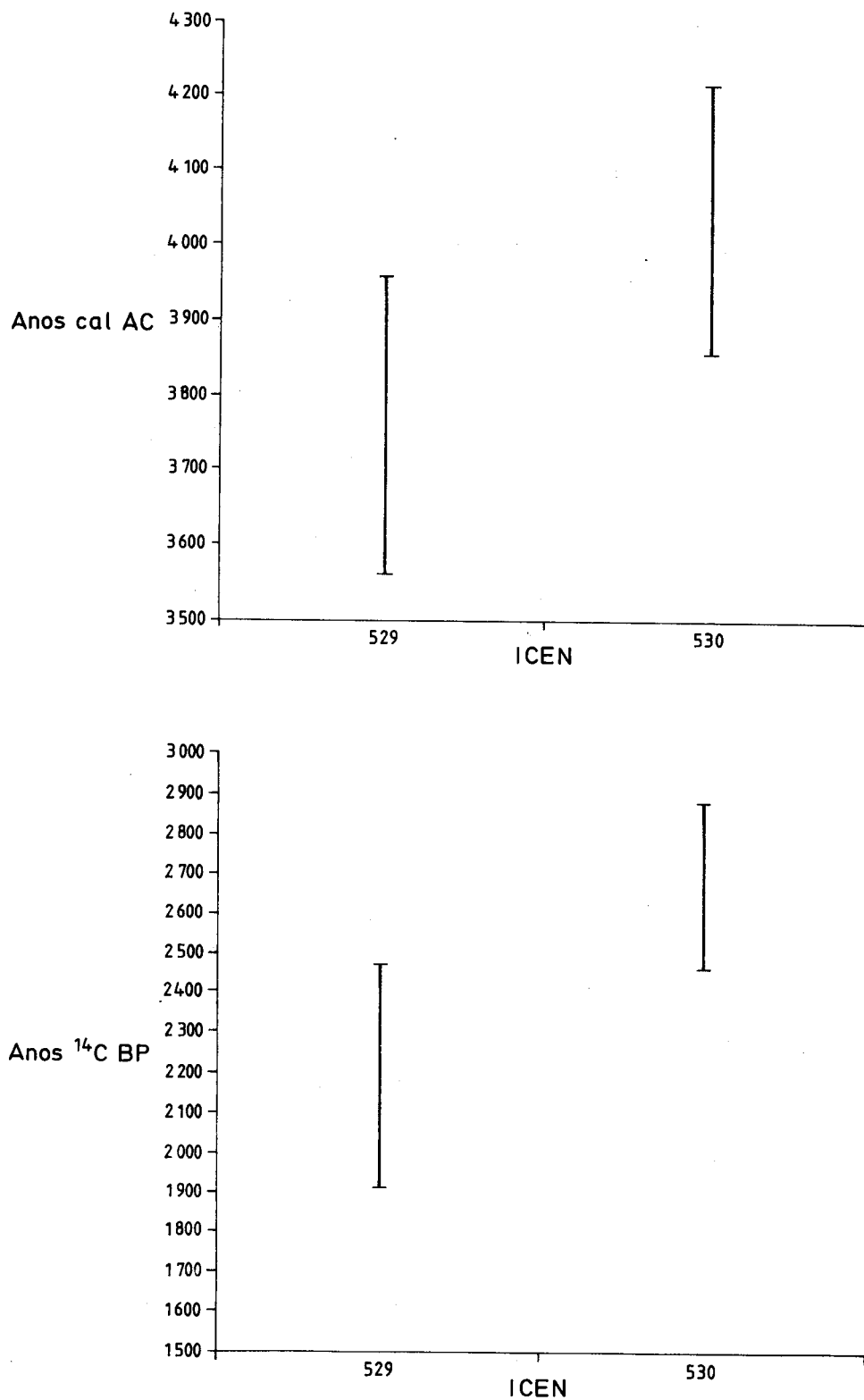
Vaso carenado da Idade do Bronze Antiga J.11.-97, bi-tetra mamilado (mamilos emparelhados sobre o bordo e a carena) e alêne de bronze nele contida. Vaso: 2:3; alêne: 1:1.



(em cima) Vaso de carena suave J.11.-78, da Idade do Bronze Antiga, e *alêne* de bronze nele contida. Vaso: 2:3; *alêne*: 1:1.  
(em baixo, à esquerda) Machado de Pedra polida, com o corpo e talão desbastados para encabamento. Proveniente da superfície da área de ocupação limite do povoado, a Este, do povoado, 2:3; (em baixo, à direita) Extremidade proximal de um instrumento de osso polido, 1:1.



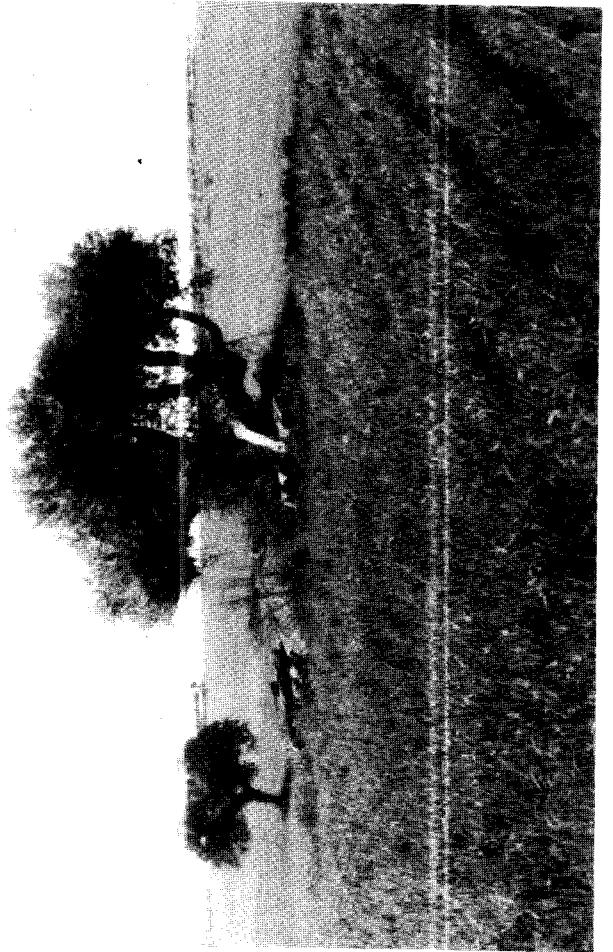
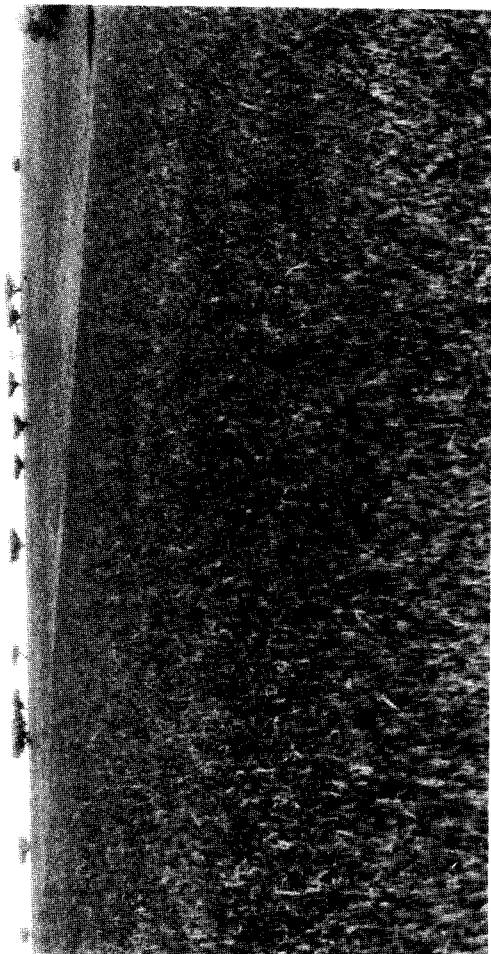
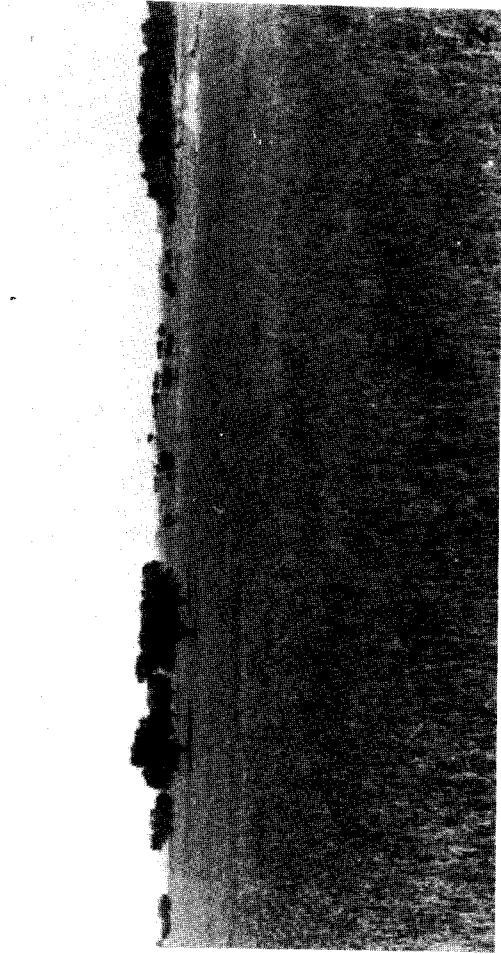
Fig. 14



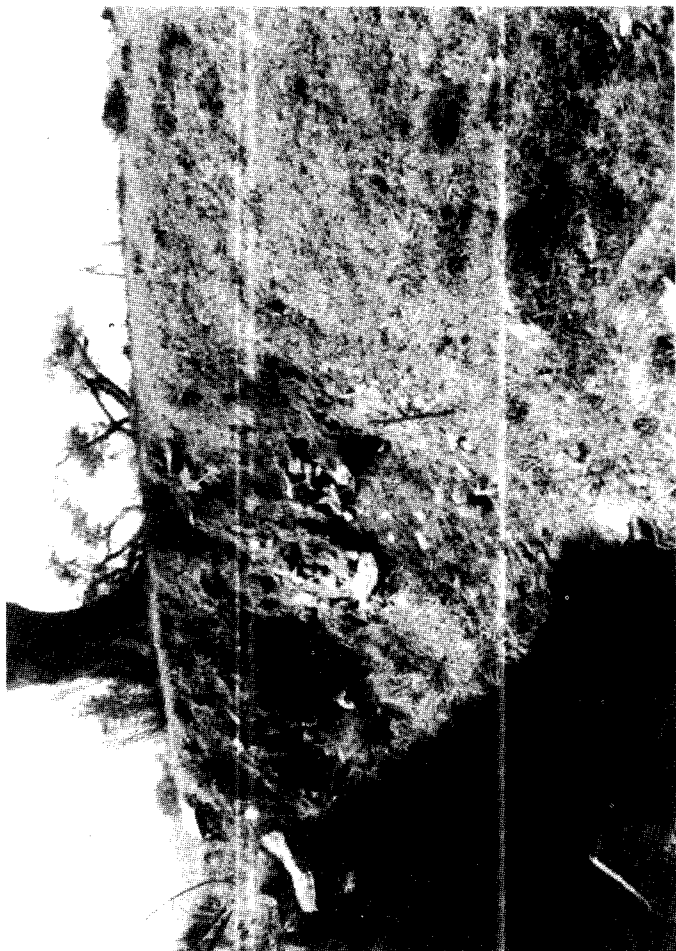
Representação gráfica das datações <sup>14</sup>C e sua calibração (ver texto), ambas a dois sigmas.



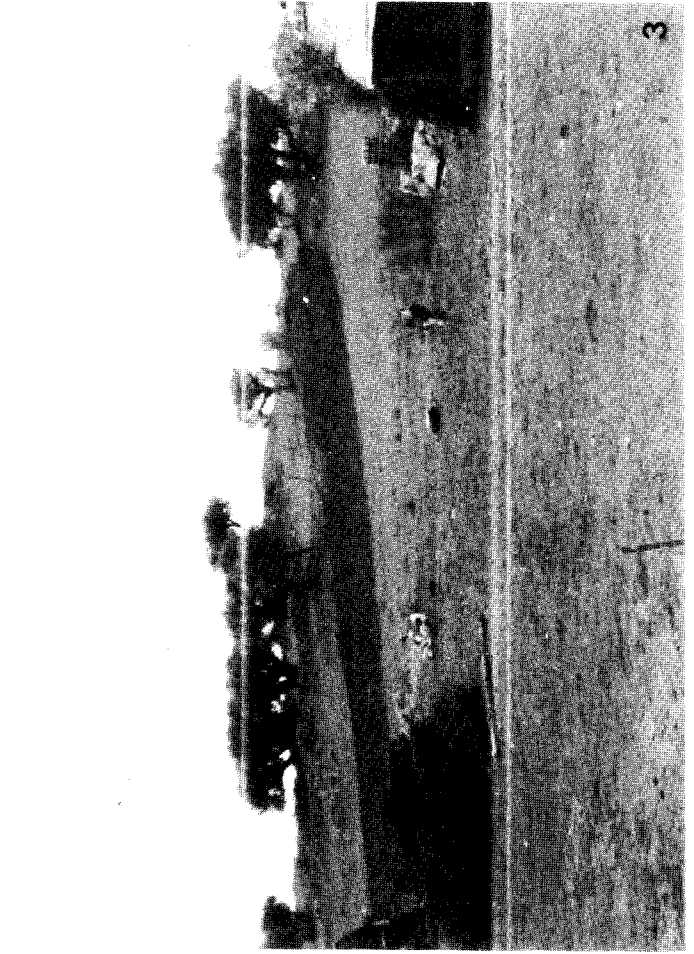
(em cima) O Monte Novo dos Albardeiros e o sítio arqueológico do mesmo nome, vistos do acesso a partir do Campinho. O «Monte» fica, na imagem, à esquerda; o sítio arqueológico, no limite esquerdo da imagem. Ao fundo, na extrema direita, vê-se ainda a elevação em que foi construída Monsaraz. (em baixo) O sítio arqueológico do Monte Novo dos Albardeiros, sendo nítida a elevação que encobria as estruturas centrais do povoado.



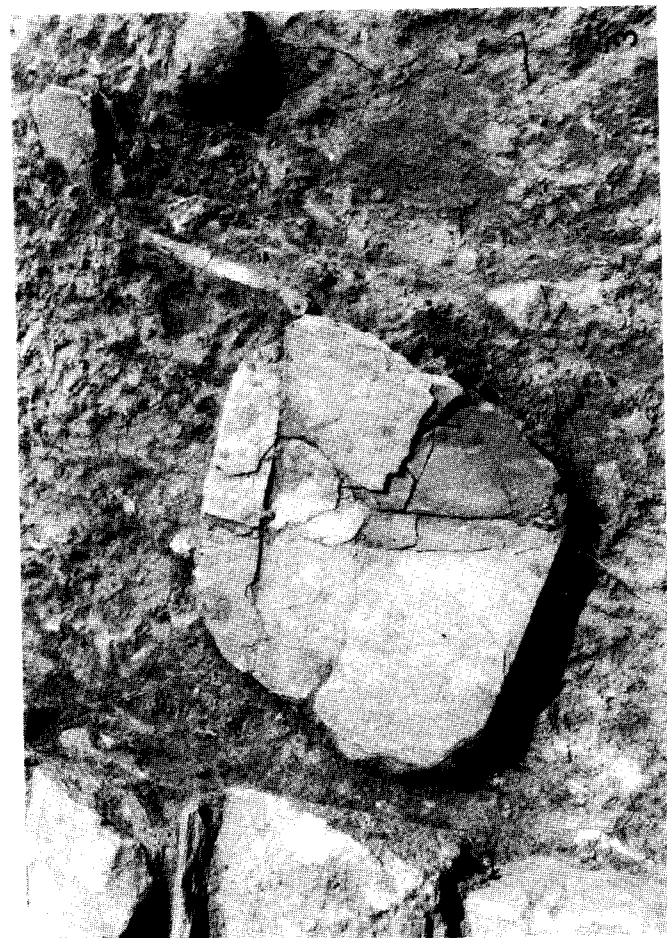
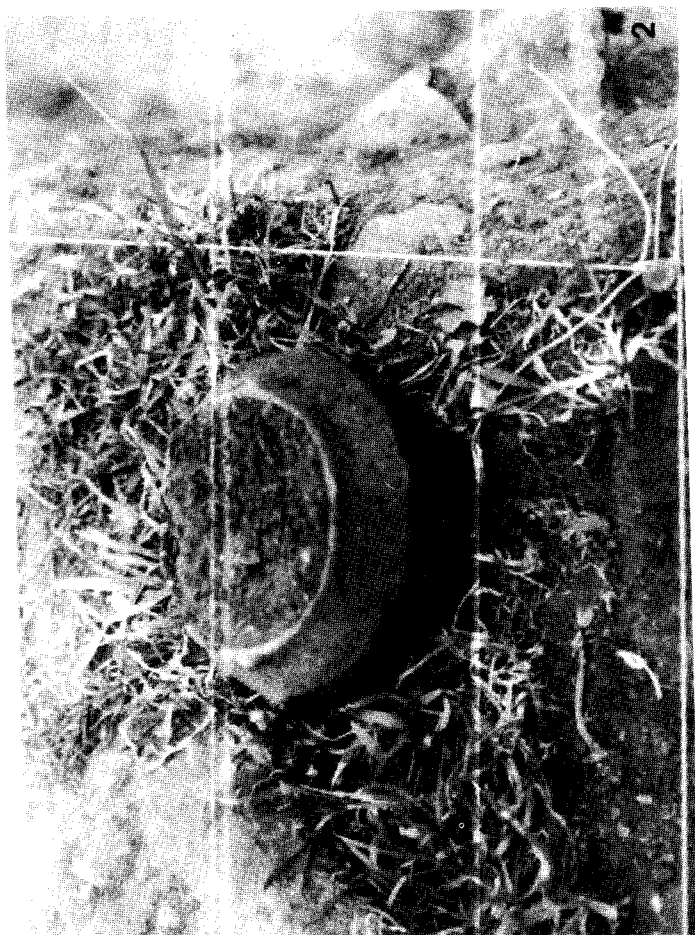
1. e 2. Imagens actuais da provável área de recursos dos povoados do Monte Novo dos Albardeiros;  
3. O povoado do Marco dos Albardeiros; 4. A Anta dos Albardeiros.



1. e 2. A fossa de violação no Monte Novo dos Albardeiros, imediatamente antes da primeira intervenção de emergência. Em 2, visíveis restos do que seria identificado como a estrutura 2;  
3. Duas fases de construção (uma delas ainda não completamente avaliada), patentes em construções parcialmente destruídas;  
4. Paula Amendoeira e Luis Gonçalves recolhem artefactos nas terras removidas pela retro-escavadora.



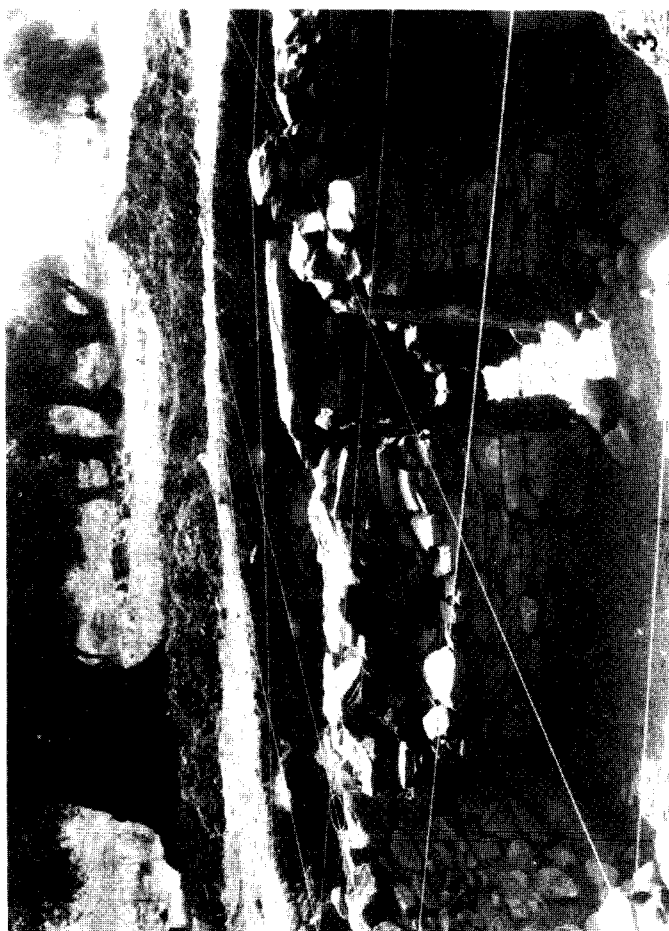
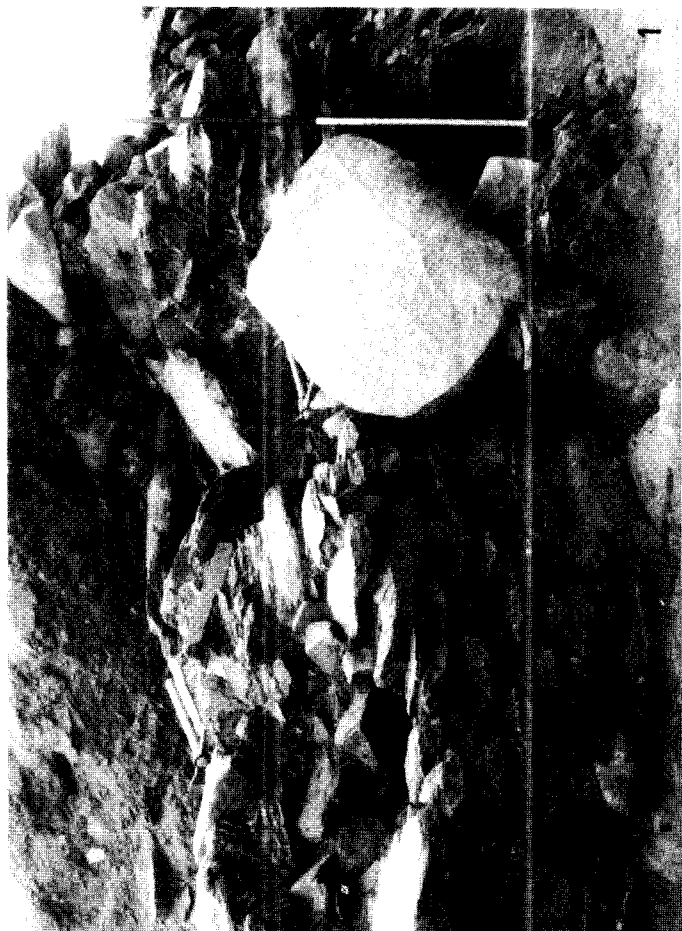
1. Dormente recolhido junto ao limite detectado do povoado, perto do Locus 1; 2. Derrube de estruturas, encobrindo linhas de fortificação (pelo menos duas) exteriores à Estrutura 2; 3. O limite a Nascente do Povoado, onde se recolheram fragmentos de «barro de cabanas» e artefactos; 4. Materiais do Locus 1, inicialmente cobertos por uma grande tampa de xisto talhado.



1. Vaso de carena suave J.11.1.-78, da Idade do Bronze Antiga; 2. Vaso bi tetra mamilado J.11.1.-97;  
3. Laje de xisto correspondendo provavelmente a uma antiga pavimentação da Estrutura 1; 4. Ponta de seta K.11.1.-74, ainda parcialmente envolvida por terra.

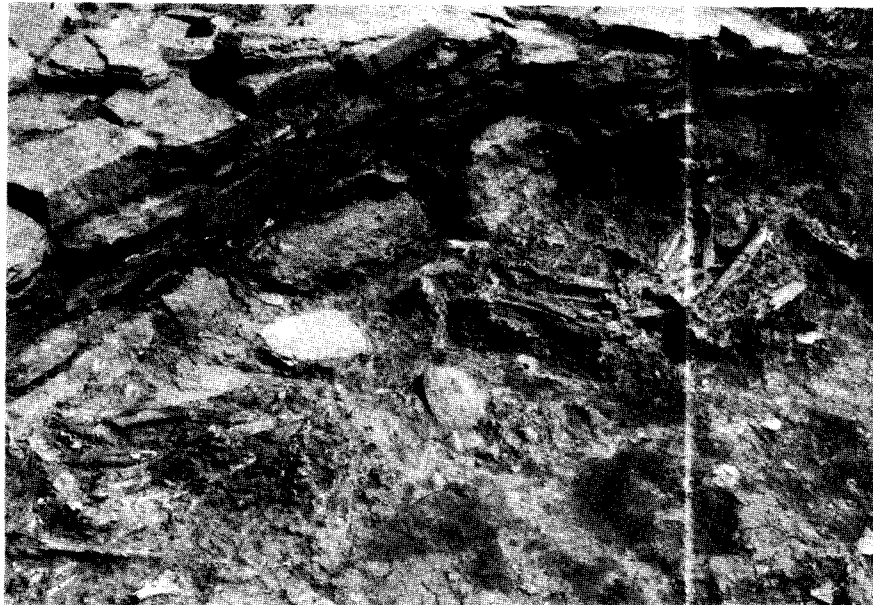


(em cima) Imagem da Estrutura 1, aquando do recomeço dos trabalhos.  
(em baixo) Grande prato K.12.-91, encontrado *en situ*.



1. Vista interna da porta da Estrutura 2, no início da sua desobstrução, ainda com o primeiro lintel colocado;  
2. Outro momento da escavação do mesmo sítio, vendo-se o segundo lintel partido *in situ*;  
3. Momento terminal da escavação do sector, vendo-se o terceiro lintel *in situ*; vista da porta a partir do interior da área protegida, sendo de notar a soleira sobreelevada, para impedir provavelmente escorrimentos de água para o interior da estrutura.





Restos de ossos grupados junto à parede interna da Estrutura 1.